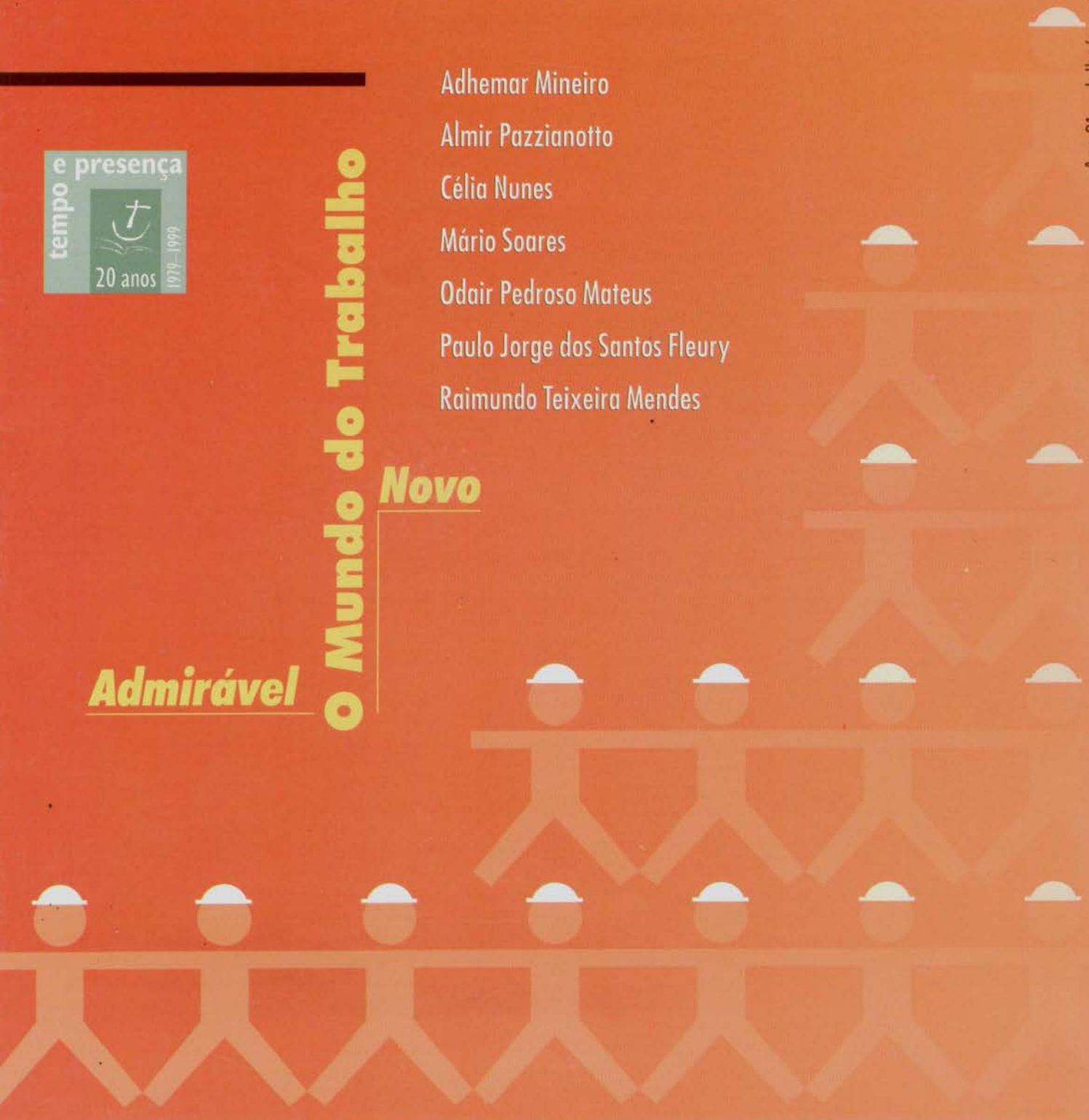




Admirável **O Mundo do Trabalho**

Novo

Adhemar Mineiro
Almir Pazzianotto
Célia Nunes
Mário Soares
Odair Pedroso Mateus
Paulo Jorge dos Santos Fleury
Raimundo Teixeira Mendes



Stricto Sensu na Metodista

Porque você precisa de uma
qualificação superior.

TAMBÉM
**Graduação
EM TEOLOGIA**

Administração } Mestrado

(11) 4366.5561

**Ciências
da Religião** } Mestrado
Doutorado

(11) 4366.5556

**Comunicação
Social** } Mestrado
Doutorado

(11) 4366.5550

Educação } Mestrado

(11) 4366.5549

Psicologia } Mestrado
Doutorado

(11) 4366.5561

Inscrições:
**de 25 outubro a
20 novembro 1999**

Campus Rudge Ramos
Rua do Sacramento, 230 • Rudge Ramos
São Bernardo do Campo • SP • CEP 09735-460

Campus Vergueiro
Av. Senador Vergueiro, 1301 • Centro
São Bernardo do Campo • SP • CEP 09750-000

metodista@metodista.br • www.metodista.br



Universidade
Metodista
de São Paulo

DESDE 1938

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (0**21) 224-6713
Fax (0**21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emília Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

José Bittencourt Filho

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa
Mtb 18619

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

COPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

REVISOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Sonia Susini

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

KOINONIA — 5 anos bem vividos

6

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DO TRABALHO

CONTRADIÇÕES

A ambígua sociedade do trabalho

7

Célia Nunes

PROMESSAS

A ética da economia

10

Almir Pazzianotto Pinto

PERFIL

Transformações e qualificação

13

Almir Pazzianotto Pinto

JUSTIÇA

Ética e direito do trabalho

17

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

SINDICALISMO

Estratégia de resistência

20

Adhemar S. Mineiro

TEOLOGIA

O trabalho como vocação

23

Odair Pedroso Mateus

SEGURANÇA

Violência e percepções coletivas

25

Sérgio Adorno

CRÔNICA

Pelo amor de Deus, atletas, deixem Cristo em paz

29

Marcelo Pires

NEGRITUDE

O lúdico e o político no carnaval da Bahia

31

Ari Lima

INTERNACIONAL

Ninguém pode ignorar o nascimento de uma nação

34

Mário Soares

RUBEM ALVES

Sobre o otimismo e a esperança

37

Nos últimos anos, dentre as transformações

que mais têm causado perplexidades destacam-se, indubitavelmente, aquelas que recaem sobre o domínio social conhecido como mundo do trabalho. Houve tempo em que, a exemplo do capitalismo nipônico, todos desejavam ter o seu primeiro emprego numa empresa e aposentar-se nela. A cada dia que passa, confirma-se o vaticínio daqueles que denunciaram o fim do emprego, tal como era conhecido até aqui, isto é, uma relação estável e duradoura.

Talvez esse vaticínio seja apenas uma suspeita a propósito dos efeitos de grandes proporções decorrentes do fim da hegemonia do capitalismo industrial, golpeado fatalmente pelo capitalismo financeiro. Este, tem se mostrado mais lucrativo e mais ágil, tanto para utilizar-se com desenvoltura da alta tecnologia telemática — com suas operações em tempo real para diferentes partes do planeta — quanto para encobrir operações ilegítimas com dinheiro “sujo”. A par disso, amplia-se o setor terciário da economia, conhecido como setor de serviços, que vai se tornando o maior empregador posto que ainda não pôde prescindir da mão-de-obra humana. Expandem-se também o subemprego e as atividades ilegais remuneradas, auspiciadas pelo crime organizado, em particular pelo narcotráfico.

Já se desconfiava que a alta tecnologia aplicada à produção viria a prescindir da mão-de-obra humana, pelo menos naquelas etapas do processo produtivo nas quais os robôs e as máquinas de alta precisão podem substituí-la. A questão é que em virtude da globalização da economia, essa realidade está se impondo mais rapidamente do que se supunha; apanhando de surpresa os trabalhadores. E seus sindicatos! As galopantes taxas de desemprego, prolongado ou permanente, fazem com que muitos sindicatos fiquem à deriva, aceitando quaisquer propostas, e abrindo mão de direitos adquiridos pelas categorias que representam. Seguramente, o movimento sindical vive a crise mais aguda de sua história.

Curiosamente, nesse clima de ameaça do fim dos empregos, multiplicam-se as discussões em torno das dimensões criativa, lúdica e estética do trabalho. Esta tese foi sustentada pelos socialistas utópicos e foi corroborada por Marx e pelo melhor do pensamento clássico de esquerda. Tais dimensões contribuíram justamente para denunciar o aspecto alienante do trabalho, submetido às regras da espoliação, no contexto capitalista. Todavia, nos surpreendemos ao assistir a essa bandeira clássica das esquerdas presente no discurso dos arautos do neoliberalismo. Uma boa pergunta é: como essa tese transmigrou do pensamento marxista clássico para a argumentação neoliberal?!

Além dos temas vinculados ao mundo do trabalho, dedicamos algumas destas páginas a temas atuais, como por exemplo, o genocídio (anunciado) no Timor Leste. Prestamos ainda uma merecida homenagem ao querido dom Hélder Câmara, símbolo sempre vivo do cristianismo libertário latino-americano; e continuamos no clima celebrativo dos vinte anos de existência da Revista.

Para terminar cabe um pedido de desculpas: por motivos operacionais alheios à nossa vontade, este número foi concluído com um atraso considerável. Pretendemos repará-lo no envio da próxima edição. Contamos com a compreensão.

Façam bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros), acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões de exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

... “Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores”...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

CARTAS

Bem vividos.
Bem escritos.
Bem amados.
Bem-feitos.
Bem comprometidos.
Bem caminhados.
Bem unidos.
Bem 20 anos.
Bem 40 próximos.
Bem Tempo.
Bem Presença.
Bem Koinonia.
Bem carioca.
Bem feliz.
Bem democrático.
Bem humano.
Bem divino.
Parabéns, hic et nunc.

Pe. Fernando Altemeyer Júnior
Vicariato da Comunicação
da Arquidiocese de São Paulo
Por e-mail

Ainda comemorando o aniversário, unimo-nos a todos vocês que fizeram e fazem parte deste veículo de comunicação cristã ecumênica. Nossos parabéns por 20 anos e que outros 20, 40, 60 apareçam.

Agradecemos o exemplar 21 (maio/junho 1999) e sempre que possível envie-nos outros exemplares.

Cláudio Bezerra Pradela
Secretário-executivo da UCBC
Por e-mail

Lamentando estarmos ausentes do Rio de Janeiro, enviamos a vocês um caloroso abraço, parabenizando-os pelo extraordinário trabalho que vêm realizando em favor de informações e análises independentes e progressistas.

Neiva Moreira, Beatriz Bissio
e toda equipe de
Cadernos do Terceiro Mundo
Por e-mail

Olá, amigos de TEMPO E PRESENÇA, quero cumprimentá-los pelo belíssimo trabalho que vocês desenvolvem à frente da revista.

A Cáritas Brasileira parabeniza TEMPO E PRESENÇA pelos 20 anos da revista.

Sucesso!

Romoaldo de Souza
Por e-mail

Caros amigos de KOINONIA, Un saludo especial en este momento en el que TEMPO E PRESENÇA celebra su 20 años de vida. Quiero desearles que la misma calidad que esa publicación tuvo hasta ahora, la siga teniendo en el futuro.

Aceptem la expresión de mi aprecio fraternal,

Julio de Santa Ana
Instituto Ecuménico de Bossey
Por e-mail

Alegro-me profundamente com os vinte anos de existência da revista TEMPO E PRESENÇA. Ela foi uma árvore frondosa que produziu frutos de toda parte para saciar a fome de saber e de conhecimento de milhares de militantes políticos/cristãos. Nestes dois decênios pude testemunhar o valor e importância desta publicação na vida de muitos irmãos e irmãs que careciam de análises críticas e testemunhos proféticos para continuar sua labuta em prol da causa da transformação da realidade brasileira. Uma geração pode usufruir deste maná no deserto. Que outras tantas possam continuar no futuro a receber inspiração para continuar a conspiração do reino em nossas terras.

Que o espírito inquietador e libertador acompanhe a todos(as)!

Dr. Rolf Schünemann
Pastor Sinodal/Sínodo Sudeste-IECLB
Por e-mail

KOINONIA — 5 anos bem vividos



Ainda sob as repercussões da queda do muro de Berlim e sob o impacto de várias tentativas de entender o que se convencionou chamar na mídia de década perdida de 1980, decidiu-se criar KOINONIA. Era o ano de 1994.

Para aqueles que até hoje compõem a assembléia de associados da Instituição, foi um momento de buscar a reafirmação de seus sonhos. E fazendo uma retrospectiva, ainda que meio desordenada no tempo mas na ordem do sentimento, pode-se afirmar que é de sonhos que se vem alimentando a *koinonia* (laços comunitários) que nos reúne.

O leitor não tem obrigação de saber. Mas KOINONIA é a expressão de uma herança de lutas que vem dos tempos do regime de exceção, da reunião de uns poucos cristãos em busca de sentido e contra-informação, de auxiliar aqueles que se uniam (ainda que clandestinos) para tornar este país democrático e não autoritário. Dito assim, fica a impressão de que estaremos sempre lutando, pois atenuada a pior das faces do autoritarismo ele ainda se apresenta com outras caras e se renova no desdém a milhões de pessoas excluídas do direito à vida digna no Brasil.

Pois é isso mesmo. Essa sensação de que as coisas mudam pouco e que temos muito a fazer é que levou a se reafirmar a formação de uma instituição por democracia e por ecumenismo. Este último, então, muitas vezes badalado, recentemente, não consegue ultrapassar de forma profunda as barreiras impostas por uma cultura ainda preconceituosa, em que se renovam o racismo e as barreiras institucionais e morais para se reconhecer na religião do outro uma possibilidade de ligação efetiva com Deus.



Abraço da Paz na celebração de encerramento da Assembléia de KOINONIA (agosto de 1999)

Foram cinco anos de desafios multiplicados enfrentados de formas às vezes criativas, às vezes não tão calculadas. Assim pode-se dizer que KOINONIA se formou. Uma instituição sem fins lucrativos, com controle de seus atos exercido por seus associados (homens e mulheres em sua maioria das igrejas cristãs), que tem como eixos de ação o reforço de esforços por uma sociedade digna em meio a insensibilidade e ser sinal de possíveis novidades.

É nesse veio que se vão encontrar em KOINONIA diversos projetos voltados para ações de solidariedade local. São os casos daqueles que visam o reconhecimento e garantia de terras dos índios guaranis no Mato Grosso do Sul; do projeto que parte do diálogo inter-religioso para buscar qualidade de vida e garantia de território dos terreiros de Candomblé em Salvador; do projeto de apoio e assessoria ao Pólo Sindical no Submédio São Francisco; e ainda de ações diversas de reflexão e assessorias às igrejas — mais especialmente na reflexão e ação conjunta sobre o tema da Aids.

Não param por aí os esforços, nem os projetos dessa pequena, ousada e sonhadora instituição. Sem vergonha e profundamente solidária já buscou parceria contra as enchentes no Rio de Janeiro e contra a seca do Nordeste; atuando tam-

bém em reconstrução de patrimônio histórico cultural negro no Brasil já se envolveu. Também na área de educação buscou se colocar apresentando um curso de pós-graduação em teologia e ministérios, aberto à formação de agentes carentes de uma reciclagem para en-

frentar os novos tempos neoliberais e globalizados. Isso tudo sem falar da revista Tempo e Presença, que fez quinze anos de CEDI e há cinco é de KOINONIA.

O que une um espectro como esse de KOINONIA? Além dos sonhos de intervir em favor do Brasil, é a consciência de que instituições como esta devem buscar seu sentido nas críticas gerais da falta de democracia no Brasil e da intolerância aos direitos de e para todos. E por meio das ações locais e da valorização de seus compromissos éticos, ser sinal de possibilidade e força de resistência por uma nova cultura.

Foi assim, gratificados por conseguirem se manter na missão que se propõem, que se reuniram de 13 a 15 de agosto os associados de KOINONIA. O tema geral da assembléia foi “Democracia e Tolerância” — e desfilarão nas reflexões a crise por que passa o País e as inflexões do ecumenismo e diversas preocupações como a violência e o narcotráfico. Tempo de celebração e renovação de compromissos, tempo de ouvir críticas e acertar o rumo da navegação desse pequeno barco, quase jangada, nau de insensatez e testemunho contra a desesperança e pela paz, a justiça e a integridade de toda a criação. ☪

A ambígua sociedade do trabalho

Célia Nunes

Diante do movimento destrutivo da ação do capital coloca-se o desafio de se adotar uma postura de resistência a ele e de se colocar na ordem do dia a necessidade de repolitização da sociedade

Antes do capitalismo, o trabalho era sinônimo de resposta às necessidades humanas. Expressava uma aptidão concreta para se obterem valores de uso específicos, mesmo que fossem trocados nos mercados. Existia assim uma relação sensível do produtor com o resultado de seu trabalho. A mercadoria pré-moderna não constituía um modo de reprodução social, mas apenas uma forma marginal em sociedades cujo horizonte social estava circunscrito ao valor de uso e à produção destinada ao intercâmbio de produtos concretos.

O trabalho concreto não pode ser padrão para as trocas, pois não pode ser

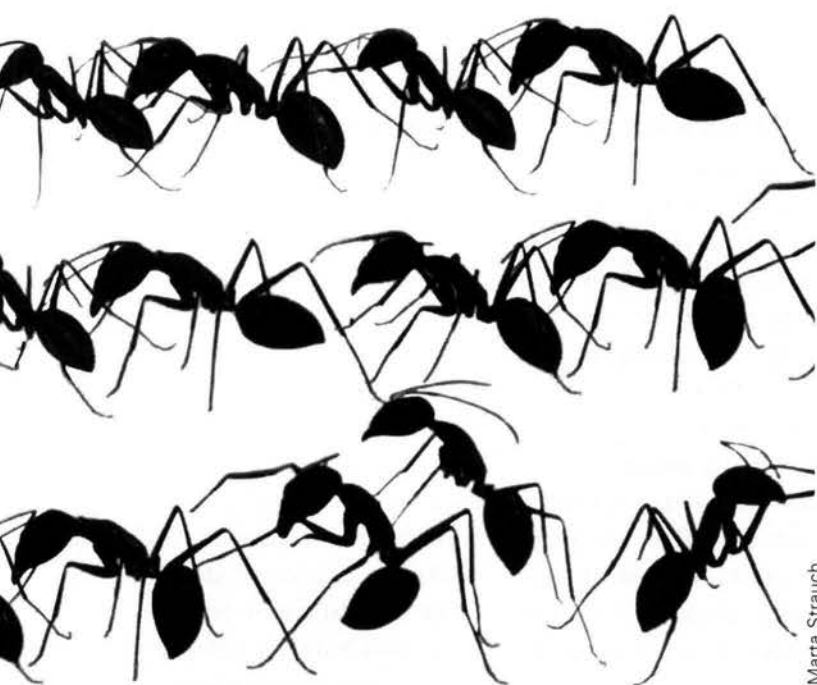
comparável com outro. O padrão para as trocas não é o valor de uso dos produtos, mas o seu valor de troca, ou simplesmente valor, no sentido econômico, isto é, a quantidade de trabalho (de qualquer trabalho, portanto, abstrato) que está contida em cada produto, e como tal transformável em dinheiro.

Na modernidade, com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu uma sociedade voltada para a produção de valores de troca, privando o trabalho de sua concretude. Como processo de criação de valor, o que importa para ela é a quantidade de trabalho abstrato. Os capitalistas, utilizando a concorrência como elemento de pressão, transformam o trabalhador em um meio de tornar a mercadoria cada vez mais concorrencial, isto é, para render ao proprietário o maior ganho possível.

Além de exprimir o valor econômico, o dinheiro também passou a determinar o valor no sentido da qualidade, das pessoas, dos países e das regiões. Com a industrialização e com o desenvolvimento da ciência, a lógica da necessidade foi substituída pela coerção social da criação da mais-valia. Tal é a economia moderna que submeteu os povos à banalidade do dinheiro.

TRABALHO COMO EXIGÊNCIA DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

Hoje, parece normal que o trabalho como necessidade humana não regule a economia, e sim a exigência de produção do capital, que encerra a própria



Marta Strauch

Os discursos manipuladores, com os quais até mesmo setores da esquerda fazem coro, dificultam a consciência de que não há mais retorno para uma sociedade do trabalho

finalidade: produzir mais dinheiro. Não é entendido o caráter histórico desse sentido do trabalho e também de que a oposição capital-trabalho é uma oposição capitalista, portanto historicamente determinada. Essa incompreensão paralisa as ações diante da perplexidade produzida pelas atuais transformações no interior do sistema.

Vivemos uma realidade de exponencial crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, do subemprego de função múltipla, dos empregos suplementares, dos empregos abaixo da qualificação, dos desempregados em disponibilidade conforme a encomenda, do trabalho pseudo-autônomo, cujo objetivo é transferir os riscos e livrar a empresa dos custos sociais, etc.

Essas várias formas de exclusão ocorrem no âmbito planetário, mesmo nos nichos protegidos dos países centrais, que se pensavam imunes às doenças há muito conhecidas dos países periféricos. "Terceiro-mundializando-se" o centro, a miséria se mundializa. No entanto, agrava-se ainda mais a situação para a periferia, que havia sido incorporada "na marra" ao capital, mas que agora é por ele setorial ou completamente dispensada, como no caso de alguns países africanos, que não têm o que fazer com seus milhões de seres errantes.

Esses gigantescos contingentes hu-

manos de marginalizados não serão desempregados apenas temporariamente, como insistem os cínicos discursos dos dirigentes. O indecente lema de "cortar a gordura" significa, para os detentores do poder, cortar custos. São medidas totalmente insensíveis que não medem as implicações emocionais produzidas nas vítimas. Estas, movidas por um pensamento ideologicamente deturpado se acreditam culpadas pela sua situação, perdendo, além da consideração social, a própria autoconsideração.

O poder anônimo das transnacionais separa o local do trabalho e o centro das decisões da economia. Diante da progressão das potências privadas em fusões planetárias e do entrelaçamento tecnológico, há pouca resistência dos estados nacionais, cada vez mais enfraquecidos e controlados por instituições do Banco Mundial e do FMI, que regulam seus destinos, exigindo "flexibilização do mercado de trabalho".

CONSEQUÊNCIAS DA ATUAL "ORDEM DAS COISAS"

As vítimas dessa atual "ordem das coisas" enveredam para atividades anexas, criando seu próprio Estado-Providência na forma de pedinte de esmolas, comércio de drogas, prostituição, venda de sangue e até dos próprios órgãos. Esse quadro tem propiciado o crescimento, como pretensa autodefesa, do racismo, da xenofobia e do regionalismo. A progressão das rebeliões de desesperados e a falta de controle das ditas democracias para contê-las podem tornar possível a instalação de regimes totalitários que, facilmente,

como ocorre na economia, se mundializariam.

As palavras de ordem "pelo emprego" difundem a ilusão de que o desempregado será "reabsorvido" e levam ao prolongamento artificial dessa situação, que só serve para a manipulação das massas. Com seu conteúdo neoliberal, o capitalismo expõe a sua real natureza de exigir, a todo custo, a redução do custo de produção, isto é, o aumento do desemprego.

Os discursos manipuladores, com os quais até mesmo setores da esquerda fazem coro, dificultam a consciência de que não há mais retorno para uma sociedade do trabalho. Seria necessária a criação de um bilhão de novos empregos nos próximos dez anos para reequilibrar a situação, o que é impossível.

São falsos os enfoques de fins emancipatórios que pregam a coexistência pacífica com o capitalismo. A flexibilização não se dá no interesse dos trabalhadores, mas sim contra eles. O indivíduo flexível deveria ser o protótipo daquele que não se submete mais incondicionalmente às injunções do trabalho e do mercado, e, por conquistar um tempo livre para a ação independente e autônoma, seria capaz de definir livremente seus objetivos.

A persistência na luta por uma sociedade que não pode mais voltar a ser o que foi certamente levará a humanidade à ruína, à instalação planetária da barbárie e se revelando, não desmobilizadora, mas destruidora. A mudança de relação com o trabalho deveria ser conquistada por todos os seres humanos como emancipação, não como

**Sindicatos e partidos
de esquerda que ainda
subsistem não são capazes
de colocar a questão dos
marginalizados e excluídos
na ordem do dia,
demonstrando sua
incapacidade de pensar a
sociedade como um todo**

imposição. Os desempregados se tornaram inúteis para o mercado porque já não são fonte de lucro, e o mercado é o lugar da mercadoria e do dinheiro.

A visão iluminista de que o homem é o sujeito do seu destino esconde que o verdadeiro sujeito do capitalismo é o dinheiro. Essa ilusão é chocante mais do que nunca na medida em que, desempregado, o ser humano não vê como pode ser dono do seu destino num mundo regido pela lógica do lucro, quando perde a utilidade por não criar mais lucro.

POR UMA NOVA SOCIEDADE COM NOVOS VALORES

Não há possibilidade de uma crítica radical do sistema? Por que não pensar numa nova sociedade com outros valores que os do trabalho (no sentido abstrato)? Por que não compreender a mundialização, não para suportá-la, mas para livrar-se dela?

A esquerda deste século errou quando, pretendendo ultrapassar o capitalismo, ateve-se à contradição capital-trabalho. Centrou sua crítica nos capitalistas e não no capital e idealizou o trabalhador (abstrato) característico do capitalismo. Não apreendeu com Marx que o trabalho é uma forma do capital.

Uma sociedade alternativa ao capitalismo é antagônica tanto ao capital quanto ao trabalho na sua forma abstrata. Todo "retoque" que se queira dar

ao sistema leva ao aprofundamento de seu processo de barbarização. Eis aqui a grande armadilha. Esse salto qualitativo para a nova organização social depende também de uma inteligência da realidade e da construção de uma análise crítica radical. Isto implica duas questões: a primeira diz respeito ao caráter finito do sistema, e a segunda, às condições necessárias para que seja ultrapassado.


A busca incessante do lucro produz o estrangulamento do sistema, o que faz com que, de maneira contraditória, tenda a eliminar a sua capacidade de seguir explorando, o que caracteriza a sua temporalidade. A desindustrialização de regiões e países inteiros é consequência do aumento da produtividade do trabalho promovido pelas novas tecnologias para se manter a concorrência. O que ocorre então? O capitalismo tende a se tornar incapaz de explorar, em razão da diminuição da massa global de trabalho abstrato, produtivamente explorável.

Agregue-se a isso o fato de o sistema financeiro mundial ter ultrapassado, de longe, o sistema produtivo e as exigências de lucro da parte dos acionários não ter mais relação com a capacidade do processo produtivo (mesmo nos seus altos padrões atuais) de criar o lucro "normalmente", isto é, por meio da extração do sobretrabalho dos trabalhadores.

Dialeticamente o sistema, pouco a pouco, construiu os elementos de sua destruição, mas também os de sua superação. Os sinais de esgotamento são acompanhados de sinais "positivos" nascidos no seio desse mesmo movi-

mento, ou seja, os elementos materiais da socialização. O desenvolvimento das forças produtivas do capital criou o caráter socializado da produção em razão do grau crescente de entrelaçamento.

Eis, por fim, a contradição fundamental entre os níveis elevados de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que permanecem atrasadas atravancando o surgimento de uma nova forma de organização da humanidade.

É um fato que o proletariado está cada vez mais fraco e incapaz de ocupar o lugar de guia da transformação social em que Marx acreditou. Sindicatos e partidos de esquerda que ainda subsistem não são capazes de colocar a questão dos marginalizados e excluídos na ordem do dia, demonstrando sua incapacidade de pensar a sociedade como um todo. Por outro lado, os que se alinham na falida posição social-democrata dão prova de sua incapacidade de pensar a construção do futuro. Enfim, vivemos um período de não-correspondência entre as condições objetivas com o nível de consciência e de organização. Mas o desafio de oferecer uma resistência ao movimento destrutivo da ação do capital está presente e coloca na ordem do dia a necessidade de repolitização da sociedade, e os reais interessados na "virada do jogo" só podem ser os que são por ela prejudicados. 

Célia Nunes, doutora em Sociologia do Desenvolvimento e pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes.

A ética da economia

Almir Pazzianotto Pinto

Diante dos avanços tecnológicos que tornam a cada instante maior o número dos sem-trabalho ou daqueles que mal conseguem ocupação precária, não é possível pensar a economia desvinculada dos problemas sociais. É nessa relação que reside a ética na economia

Escreveu Jürgen Kuczinski que a classe trabalhadora moderna é produto da máquina ou resultado da utilização da energia em equipamentos mecânicos com finalidades econômicas, e concluiu afirmando que sem máquinas inexistiria classe operária. Apesar disso, observa Kuczinski, forte antagonismo desde logo se manifestou entre homem e maquinário, porque a cada novo engenho mais se acentuavam as chances de o trabalhador ficar privado da sua ocupação ou do emprego.

Relata o antigo catedrático do Instituto de Economia Histórica de Berlim que um abade italiano de nome Lancelotti, em escrito publicado no ano de 1636, referia-se a certo Anton Müller, de Dantzig, que havia visto *una máquina muy ingeniosa en aquella ciudad, unos cincuenta anos antes*, utilizada na produção de cintos e capaz de fabricar de quatro a seis peças simultaneamente. Por ordem do conselho local, temeroso de que o invento “*podia dejar en la calle a gran número de obreros, la habia destruido, y al inventor asfixiado o ahogado en secreto*”. Segundo Kuczinski, *las batallas libradas por los trabajadores contra la máquina fueron violentas, sangrientas, crueles y ampliamente dispersas, y, naturalmente, no tuvieron éxito*.¹

Revoltas desse tipo se multiplicariam ao longo do tempo e, em determinadas ocasiões, atraíram a tomada de medidas protecionistas, como se deu com o decreto de Leopoldo I, em 1685, proibindo o emprego de equipamentos mecânicos em todo o Sacro Império Romano-Germânico.

De algum modo, a história se repete três séculos depois, quando acelerados avanços da tecnologia, sobretudo na área da informática, provocam o desaparecimento de antigas profissões, suscitando apreensões acerca do futuro de milhões de desempregados. Serviços antes desempenhados por escrivães, bancários, datilógrafos, secretárias, torneiros, desenhistas, soldados, gráficos, tecelões são extintos em

consequência das novas tecnologias e de imperativos de redução dos custos, tornando a cada instante maior o volume dos sem-trabalho ou daqueles que mal conseguem ocupação precária, geralmente no mercado informal.

Em profético livro escrito na década de 1980, intitulado *Administração em Tempos Turbulentos*, Peter Drucker afirmou: “A dinâmica populacional está modificando as prioridades e restrições da política social, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. Obrigar os administradores a assumirem a liderança nas mudanças de crenças e convicções largamente difundidas, na mudança das prioridades e na formulação de novas diretrizes de segurança de emprego e renda — diferentemente das abordagens ocidentais de seguro-desemprego e de restrições punitivas à dispensa de pessoal, e diferente também do ‘emprego vitalício’ japonês. No mundo em desenvolvimento a primeira prioridade será criar empregos para grandes massas de jovens. Ela terá que preceder o orgulho nacionalista e as convicções, os *slogans*, os sentimentos e os ressentimentos tradicionais. Pois trata-se de uma questão de sobrevivência; e a sobrevivência é prioritária”.

ÀS VOLTAS COM UMA IMPLOSAÇÃO GERAL E UNIVERSAL

Informações da Organização Internacional do Trabalho revelam existir mais de um bilhão e duzentos milhões de desempregados e subempregados nos

países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com relatório do Banco Mundial, “tanto nos países ricos como nos pobres, há temores de crescente insegurança, na medida em que a mudança tecnológica, a expansão das interações internacionais e o declínio das estruturas comunitárias tradicionais parecem estar ameaçando empregos, salários e a assistência aos idosos”.

Especialistas como William Bridges e Jeremy Rifkin, autores de *Um mundo sem empregos* e *O fim dos empregos*, advertem para o fato de o desemprego e o subemprego haverem atingido o seu mais alto nível desde a grande depressão da década de 1930, convertendo-se seus livros em fontes obrigatórias de informações e reflexões para parte de todos aqueles que se ocupam deste tema. A escritora francesa Viviane Forrester lembra, em *Horror econômico*, que o sem-trabalho de hoje não é apenas um marginal provisório e ocasional, vítima de infortúnio que abalou apenas alguns setores. Pelo contrário, diz ela, “está às voltas com uma implosão geral”, equivalente a tempestades, ciclones, tornados, que não visam a ninguém em particular, mas aos quais ninguém consegue resistir, como se fora “objeto de uma lógica planetária, que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho, vale dizer, emprego”.

O fenômeno, como se vê, é universal. Excetuando-se os Estados Unidos da América, cuja economia aparentemente se revigora em épocas de crise,

e algumas outras poucas nações densamente industrializadas, com altos padrões educacionais e elevada renda *per capita*, o cenário dominante se caracteriza pela constante subida do número de desempregados, sobretudo nas camadas mais jovens, trazendo, como subprodutos, instabilidade política, empobrecimento, fome, desesperança e violência.

No Brasil esses problemas adquirem cores particularmente dramáticas, por não conseguirmos superar as barreiras da pobreza, nem mesmo durante passageiros períodos de expansão da economia e do mercado de trabalho. Jamais nos sobressaímos no terreno da pesquisa, pela excelência da mão-de-obra, tampouco em razão do poder aquisitivo dos salários.

De outra parte, a legislação trabalhista, essencial para que se tornem nítidas e seguras as regras de convivência entre patrões e empregados, continua sendo essencialmente a mesma desde 1943, consubstanciada na antiga Consolidação das Leis do Trabalho. A Constituição de 1988, que poderia ter sido passo avançado no terreno das instituições jurídico-políticas, transformou-se num manancial de frustrações e, a cada vez que se faz necessário testá-la ou aplicá-la, surgem novas propostas de introdução de mudanças.

A população brasileira está prestes a atingir o patamar de 160 milhões — 80% nas cidades e 20%, se tanto, nas zonas rurais. As mais elevadas taxas de urbanização se encontram no Sul e Sudeste, e as mais baixas, no Nordes-



No Brasil esses problemas
adquirem cores
particularmente dramáticas,
por não conseguirmos
superar as barreiras da
pobreza, nem mesmo
durante passageiros
períodos de expansão da
economia e do mercado
de trabalho



te. A PEA (População Economicamente Ativa) é de 75 milhões, e os não economicamente ativos estão em torno de 46 milhões. Os desocupados, ou seja, desempregados, correspondem a mais ou menos 9% da PEA, distribuídos desigualmente pelo território nacional. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o desemprego já é de 20%. O tempo necessário para se conseguir nova colocação subiu de 44 para 48 semanas.

A história econômica ensina que o progresso tecnológico é irreversível e não causa desemprego, a não ser entre povos incapazes de utilizá-lo vantajosamente. Com tecnologia moderna combatem-se melhor as doenças, salvam-se vidas, reduz-se a mortalidade infantil, amplia-se a expectativa de vida, torna-se mais suave a velhice. Afastam-se trabalhadores de atividades insalubres, perigosas e penosas, aumenta-se a produtividade, criam-se custos, aprimoram-se a qualidade e a durabilidade de alimentos e produtos industrializados. Telecomunicações e transportes fazem-se mais rápidos, eficientes e seguros. Seria ridículo, além de inócuo, no mundo interdependente em que vivemos, se algum êmulo de Leopoldo I decretasse a proibição de empresas se atualizarem, valendo-se de robôs, computadores ou da Internet.

POR UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ECONOMIA E ÉTICA

Com o território de que dispõe, população em crescimento e tantas necessidades básicas por serem atendidas, ao Brasil outra alternativa não resta senão

a de crescer. É indispensável que a economia se desenvolva entre 5% e 6% ao ano, ininterruptamente, gerando algo em torno de 150 mil novos empregos qualificados e bem remunerados a cada mês, para nos livrarmos da estagnação e recuperarmos mais de uma década econômica e socialmente desperdiçada.

Indagado por Arjo Klammer sobre as razões que o levaram a gostar de economia e escolhê-la como área de estudos, Robert E. Lucas Jr., especialista em macroeconomia, Prêmio Nobel de 1995, disse: "Porque sempre gostei de pensar sobre problemas sociais".

A resposta, surpreendente para quem talvez aguardasse ouvir alguma coisa acerca de matemática, moeda ou inflação, coloca em relevo o lado humano desse ramo experimental do conhecimento, cujos objetivos prioritários não deveriam, em hipótese alguma, deixar de lado questões como bem-estar coletivo, prosperidade, mercado de trabalho, poder de compra dos salários.

Também Prêmio Nobel, o economista Amartya Sen observa que uma das surpreendentes características da

economia moderna resulta do seu caráter conscientemente nada ético. Registra o professor hindu que a ciência econômica teve dupla origem, as duas relacionadas com a política, embora de maneiras distintas. Uma concernente à ética e a outra "ao que poderíamos denominar de engenharia". Após situar as fontes históricas de cada um desses ramos, o professor Sen admite terem ambos certa capacidade de convencer e conclui registrando, sem disfarçar sua decepção, o "distanciamento crescente entre economia e ética"².

Todos sabem como as coisas ocorreram neste século. Cabe-nos perquirir como se passarão no próximo, posto em prática salutar esforço premonitório. Com mais de seis bilhões de habitantes, o planeta ingressará no século XXI amedrontado com a multiplicação — segundo alguns inexorável — do desemprego e preocupado com a ausência de políticas econômicas aptas a promoverem, sobretudo entre pobres e subdesenvolvidos, muito mais do que a estabilidade monetária, o controle da inflação e orçamentos equilibrados.

Existem, devo admitir, promessas de soluções para os graves problemas sociais, mas todas a longo prazo. A longo prazo, como lembrou Keynes, estaremos mortos. ☐

Almir Pazzianotto Pinto, ex-ministro do Trabalho e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

NOTAS

¹ Jürgen Kuczinski. *Evolución de la clase obrera*, Madrid: Ed. Guadarrama, 1967.

² Amartya Sen. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Transformações e qualificação

Paulo Jorge dos Santos Fleury

O desenvolvimento de uma qualificação politécnica como superação de um "paradigma" polivalente pode-se constituir em uma proposta de qualificação voltada para a libertação do homem das amarras de um trabalho cada vez mais objetivado e para o rompimento das relações sociais de exclusão, que no capitalismo contemporâneo impedem, mais do que em qualquer outro sistema, a criação das possibilidades reais de satisfação das inúmeras necessidades de parcelas consideráveis da humanidade

As duas últimas décadas deste século têm assistido a extensas e profundas redefinições da organização socio-produtiva capitalista mundial, que envolvem não apenas reformulações do conceito e da extensão das práticas do mercado, mas também sensíveis modificações na composição das bases técnicas e organizacionais industriais,

científicas, culturais e políticas. Essas modificações se apresentam como estímulo/resultado de profundas reconfigurações/reformatações societárias, políticas, produtivas e institucionais, e apesar de seu alcance mundial, atingem desigualmente as economias centrais e os países da periferia do capitalismo, ao mesmo tempo em que seus efeitos se fazem sentir de maneira diferenciada no interior das diversas economias nacionais, sejam elas desenvolvidas ou não.

Verificou-se assim uma rápida recomposição da autonomia dos mercados financeiros a partir de um crescimento sem precedentes das sociedades de investimento financeiro, produzindo-se uma significativa mudança na constituição interna do capital, fenômeno que tem elevado extraordinariamente o processo de "financeirização" do setor produtivo. Tal crescimento na produtividade do "capitalismo especulativo" tem na maior flexibilização do mercado de trabalho uma de suas consequências mais marcantes, tanto no plano social, como no econômico. Isso se explica pelo fato de que a hegemonização do atual regime de acumulação financeira se "alimenta" da crescente preconização das condições de trabalho (contratos draconianos, queda contínua dos salários reais, flexibilização/eliminação da estabilidade e dos benefícios sociais oriundos das anteriores condições do bem-estar social) e da superexploração da força de

trabalho, mediante uma exponencialização da extração da mais-valia.

Contudo, se o debate em torno da qualificação profissional e da própria superação do modelo de organização do trabalho baseado na fragmentação de tarefas não deve ser tomado como novidade, é certo que nas atuais condições da produção capitalista ele incorpora elementos novos, relacionados, por exemplo, à introdução de práticas de flexibilização nas atividades produtivas.

Todavia, as divergências em torno da qualificação não se esgotam nas questões conceituais ou na diversidade de interesses de classe e/ou de grupos, que dela emanam ou que sobre ela se constroem. A complexidade que marca a discussão sobre a qualificação profissional é evidente, sobretudo pela ausência de critérios fidedignos, capazes de ser considerados de forma razoavelmente consensual na construção de sua definição.

Dessa forma, sem abandonar o debate a respeito de temas relacionados à qualificação profissional e às estratégias políticas destinadas à implementação de qualificações desejáveis, caberia perguntar se as transformações tecnológicas e organizacionais das atividades produtivas e de seus processos de "controle" como elementos essenciais da configuração de um "capitalismo planetarizado" estariam contribuindo para uma elevação individual e geral dos níveis de qualificação do trabalho humano.

O caráter restritivo/
excludente das inovações
tecnológicas e
administrativas reserva
espaço apenas para um
pequeno grupo com perfil
qualificado

POLITECMA, POLIVALÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As transformações tecnológico-organizacionais da atualidade apontam para um modelo de formação socioprodutiva, inegavelmente capitalista e que já se encontra presente em alguns setores da produção material e da organização societária (de forma pontual nas sociedades subdesenvolvidas e de forma bastante avançada nas sociedades do capitalismo central). Esse modelo seria a sociedade tecnicizada que não representa uma modificação na essência do modo de produção capitalista, configurando, não obstante, novos contornos definidores de inovações tanto qualitativas como quantitativas referentes aos métodos (técnicos e administrativos) de produção dentro do capitalismo.

Ainda que alterações na organização do trabalho de base taylorista-fordista já se fizessem sentir durante a década de 1940, por meio, por exemplo, da adoção do *job enlargement* e da redução dos níveis de parcelarização das tarefas por parte de algumas empresas, como foi o caso da IBM, é certo que as alterações ocorridas nas últimas décadas nos pressupostos técnicos

FORDISMO

Conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário norte-americano Henry Ford (1847-1931), em sua fábrica de automóveis, com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Em 1909, Ford introduz a linha de montagem — uma inovação tecnológica revolucionária. Os veículos são colocados numa esteira e passam de um operário para outro, para que cada um faça uma etapa do trabalho. A expressão fordismo passa a significar produção em série. Esse processo tem várias implicações: viável apenas para este tipo de produção, exige grandes fábricas e forte concentração financeira. Isso leva às sociedades anônimas, que reúnem capitais de diversas pessoas. O novo sistema de propriedade, dividido em ações, cria o anonimato do dono real do negócio

Fonte: *Almanaque Abril*, 1996.

da automação têm acompanhado modificações significativas nos processos de trabalho. Isso tem produzido efeitos importantes no movimento de qualificação e desqualificação da força de trabalho, o qual não pode ser considerado isoladamente, uma vez que a desqualificação do trabalho de alguns (na verdade, de muitos — ou melhor, da maioria) se dá no movimento contraditório da superqualificação do trabalho de alguns, daqueles que passaram a ter a tarefa (de fato impossível) de pensar previamente, senão a totalidade dos processos de trabalho, mas, pelo menos, os seus aspectos mais “intelectualizados”.

Com isso, as questões relacionadas

à divisão do trabalho no capitalismo — e mais precisamente no capitalismo contemporâneo “globalizado”, oligopolizado no nível da “superselvageria”, conforme nos lembra Florestan Fernandes em seus últimos escritos, pela via da desqualificação-qualificação — forjam a face histórica que assume a tentativa atual de exercício concreto e pretensamente total do capital sobre aquilo que se passa no mundo da produção. A utilização de novas tecnologias e de novas formas de organização das atividades produtivas poderia contribuir para uma elevação na qualificação média dos trabalhadores. Contudo, o caráter restritivo/excludente das inovações tecnológicas e administrativas reserva “espaço” apenas para um pequeno grupo com perfil qualificado, o que não é nada excepcional na medida em que as inovações características do capitalismo contemporâneo se produzem sob a lógica de relações socioprodutivas marcadas pela exclusão.

Nos limites da organização socioprodutiva capitalista, historicamente “produtora” de exclusões e de violência em relação ao mundo do trabalho, a nova base tecnológica estabelece demandas educacionais e organizacionais no nível da polivalência, a partir do qual o capital constitui elemento de definição de novas “capacidades” e níveis de abstração que consubstanciam uma perspectiva formativa de multihabilidades, perpetuando, todavia, as características de uma formação seletiva, fragmentária, pragmatista e pro-

TAYLORISMO

Sistema de exploração industrial devido à Frederick W. Taylor, engenheiro e economista norte-americano (1856-1915) baseado nos princípios da psicotécnica e da organização racional do trabalho, e com o qual se procura alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e atividade.

Fonte: *Dicionário Aurélio*

ativista. Tal perpetuação se inscreve, portanto, no movimento de subsunção da escola, da educação à racionalidade capitalista, restringindo-se tão-somente à formação de mão-de-obra, perdendo seu espaço de reflexão, absolutamente desnecessária para a lógica do capital, uma vez que transcende suas necessidades.

Assim, a polivalência é apresentada, no terreno da qualificação profissional, como algo novo, imbricado à aplicação de tecnologias emergentes, enquanto a politécnica se inscreve no plano do dever-ser, das possibilidades de superação da qualificação polivalente. A polivalência, no entanto, diferentemente à concepção de um saber politécnico, não se constitui em novidade, uma vez que suas raízes podem ser localizadas historicamente, não apenas nas práticas do *job enlargement* e da redução dos níveis de parcelarização das tarefas, mas em determinadas atividades caracterizadas pelo funcionamento contínuo e pela organização do trabalho em turnos que se revezam ininterruptamente.

Essas atividades, portanto, seriam realizadas por profissionais “formatados” na lógica da polivalência ou da multifuncionalidade. Isso revela que, mesmo em um período de claro predomínio dos parâmetros tayloristas-fordistas de organização do trabalho, e que corresponde no plano político e social à hegemonia do modelo keynesiano do Estado do Bem-Estar Social, alguns setores produtivos já demandavam trabalhadores que fossem portadores de um conjunto de atributos que os tornassem capazes de ir além da superespecialização e/ou da semiquificação, condições características de modelos organizacionais e produtivos típicos da produção em massa das sociedades industrializadas.

Todas as questões que, contemporaneamente, têm balizado as discussões acerca das novas formas de organização do trabalho e da extração de mais-valia por parte do capital adquirem contornos muito mais complexos quando estendidos a países do Terceiro Mundo. Tal observação se explica pelo fato de que a introdução de novas tecnologias físicas e organizacionais se produz em sociedades, como a brasileira, marcadas não apenas por graves distorções distributivas da riqueza produzida socialmente e apropriada privadamente por uma minoria, numericamente insignificante em relação ao conjunto da população, mas também (e principalmente) pela assimetria e pela incompletude do desenvolvimento capitalista, e pelo início da tecnicização

ESCOLA KEYNESIANA

Conjunto de teorias derivadas das idéias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1949). Para superar as crises econômicas, recomenda o aumento do gasto público com o objetivo de suprir a deficiência de demanda do setor privado. As obras estatais, por exemplo, criam novos postos de trabalho, diminuindo o desemprego.

Fonte: *Almanaque Abril*, 1996

dos mais diversos setores produtivos e de serviços. Isso contribui para um maior aprofundamento do fosso que separa os setores capazes de determinados níveis de consumo, de acesso a bens materiais e culturais, dos grandes contingentes populacionais alijados do “nirvana” do mercado.

Sem pretender, pelo menos por ora, desenvolver qualquer contribuição original às discussões relacionadas à qualificação profissional, à polivalência e à politécnica, acreditamos ser possível estabelecer algum tipo de comparação entre possíveis modelos de qualificação profissional e algumas de suas características, apesar da ausência de consenso em torno do conceito de qualificação e de suas prováveis caracterizações.

PRINCIPAIS “PERFIS” DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Propomos abaixo alguns dos principais “perfis” da qualificação profissional:

- Relativa abertura quanto à possibili-

O capital continua sendo o definidor do papel da ciência e de outras práticas que se constituem em manobras de perpetuação do crescimento das forças produtivas sem que se rompam os limites estruturais impostos pelas relações sociais de produção

dade de administração do tempo pelo trabalhador, o que não representa mudança necessariamente qualitativa na racionalização instrumental com fins pragmáticos, permanecendo a ciência como algo exterior e ao trabalhador.

• Domínio da técnica no campo intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com recomposição criativa das tarefas. Isso vai além de uma simples formação técnica e pressupõe um trabalhador que atue de maneira crítica, buscando autonomamente os conhecimentos essenciais a seu progresso e aperfeiçoamento. Apóia-se no uso cientificista da ciência, sujeitando o conhecimento à simples instrumentalização utilitarista e o trabalhador a processos de adaptação definidos por regras prescritas com antecedência. Fundamenta-se na compreensão teórico-prática das bases das ciências contemporâneas, dos métodos, meios e princípios da organização do trabalho e da gestão social e suas formas nas diversas esferas da vida humana. Ha-

bilidades e hábitos requeridos pela formação polivalente constituem um avanço em relação ao modelo taylorista-fordista.

• Politecnização das habilidades e dos hábitos polivalentes, o que significa identificação de problemas a solucionar, as condições existentes, reaglutinando e reestruturando informações, recorrendo-se à invenção. A construção do saber polivalente relaciona-se à educação básica, sem que seja necessária uma revolução na educação. O trabalhador polivalente se faz no trabalho, por meio de treinamentos, “atualizações” para certos aspectos considerados básicos. O saber politécnico pressuporia total reestruturação do ensino básico e da formação básica nos cursos que profissionalizam.

SUBSTITUIÇÃO DE PARÂMETROS

Mais do que em qualquer outra época, os debates em torno da qualificação profissional ganham visibilidade na medida em que os parâmetros definidores da organização socioprodutiva do “capitalismo keynesiano” e do modelo taylorista-fordista de gerenciamento e de organização da força de trabalho vão sendo substituídos (ora paulatinamente, ora de maneira açodada) por formas flexíveis e integradas não apenas de produção dos bens materiais e culturais, mas também de controle do “universo” do trabalho.

Contudo, ainda que o consenso em torno da qualificação profissional esteja longe de ser alcançado, questões

relacionadas à politécnica e à polivalência se apresentam como importante referencial ou até mesmo como ponto de partida para a construção de “universo conceitual” capaz de inserir a qualificação seja no quadro das práticas capitalistas contemporâneas, seja em outro quadro de referência que se caracterize pela superação da lógica do capital.

É certo que a formação polivalente se constitui em um avanço em relação ao contexto taylorista-fordista da produção. No entanto, esse avanço é relativo, já que o capital continua sendo o definidor do papel da ciência e de outras práticas que se constituem em manobras de perpetuação do crescimento das forças produtivas sem que se rompam os limites estruturais impostos pelas relações sociais de produção.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma qualificação politécnica como superação de um “paradigma” polivalente pode-se constituir em uma proposta de qualificação voltada tanto para a libertação do homem das amarras de um trabalho cada vez mais objetivado, como para o rompimento das relações sociais de exclusão, que no capitalismo contemporâneo impedem, mais do que em qualquer outro período, a criação das possibilidades reais de satisfação das inúmeras necessidades de parcelas consideráveis da humanidade.

☞

Paulo Jorge dos Santos Fleury, mestre em Educação e professor universitário.

Ética e direito do trabalho

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

Intelectuais e arautos do neoliberalismo já decretaram o fim da História, o fim das ideologias, e agora querem decretar o fim da ética do trabalho, o fim do emprego protegido como consequência da introdução de novas tecnologias no mundo do trabalho

A história da sociedade capitalista no século XX, apesar de seu conteúdo intrínseco de exploração da força de trabalho, não teve como fugir da contradição de tratar a *ética do trabalho* como elo fundamental das relações sociais e, em consequência, da própria organização da sociedade.

O princípio liberal de exaltação do direito individual, pelo qual o direito de cada pessoa termina onde começa o de outra, desconhece a mediação ética que recomenda a submissão do interesse individual aos interesses coletivos juridicamente definidos. Para os trabalhadores, em suas lutas do início de século a institucionalização de regras visando estruturar o direito do trabalho vinha acompanhada de indiscutível conteúdo moral, segundo o qual, independentemente de suas estratégias revolucionárias, era necessário colocar freios às concepções que relutavam em reconhecer direitos dos trabalhadores no processo de desenvolvimento do capitalismo, no qual imperava a reificação do mercado, em que tudo se compra: matéria-prima, "recursos humanos", etc.

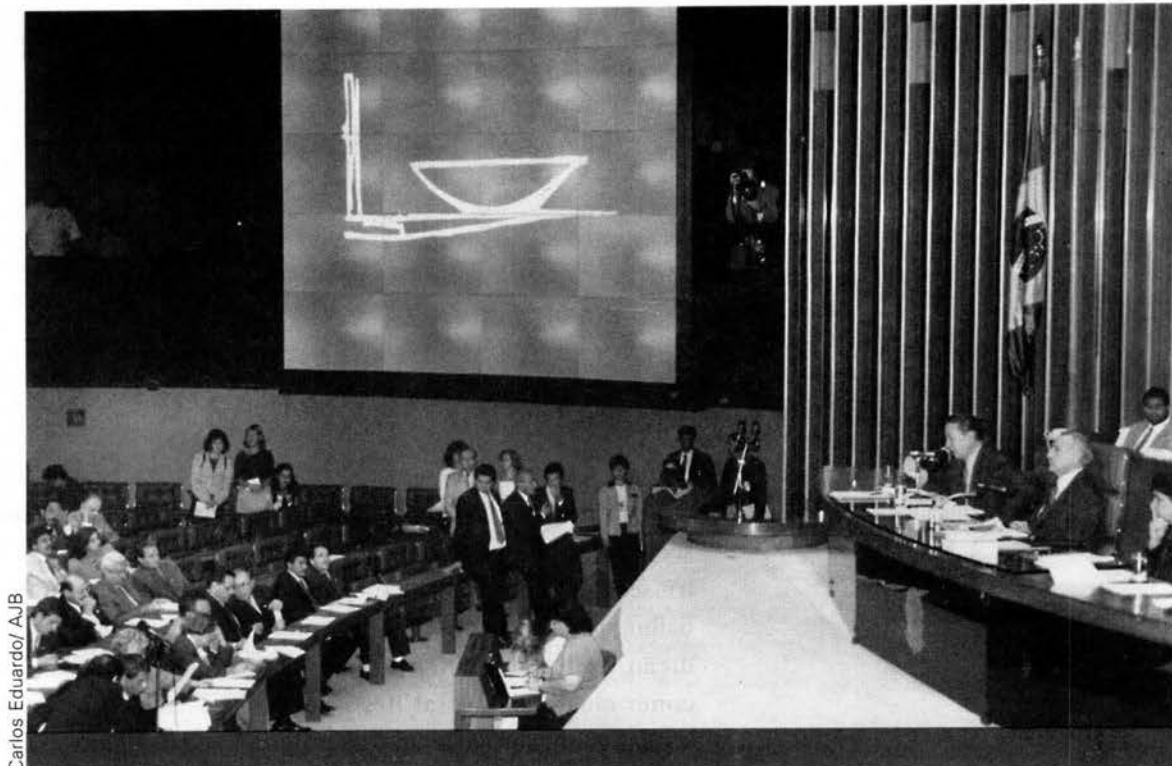
As primeiras ordenações de direitos trabalhistas surgiram na Europa, na República de Weimar, e tomaram contornos internacionais com o Tratado de Versalhes, em 1919, quando foi criada

a Organização Internacional do Trabalho. No Brasil, a primeira norma jurídica a merecer destaque foi a Lei Elói Chaves, que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e estabeleceu o embrião da estabilidade no emprego após dez anos de trabalho, e que se generalizou para todos os trabalhadores, com o advento da CLT, vinte anos mais tarde.

O período de outros vinte anos que se contam entre o advento da CLT e o golpe militar de 1964 foi de grandes conquistas para o fortalecimento do direito do trabalho no Brasil, quando se criaram a Justiça do Trabalho e o nascente movimento sindical brasileiro. Dedicou-se a esse período a definição "Era Vargas", que apesar das mutilações militares, manteve-se na essência e, de certa forma, preservou-se na Constituição de 1988. Agora, encontra-se em xeque pelo movimento neoliberal de um "peão" do capitalismo internacional chamado Fernando Henrique Cardoso, que decretou seu fim.

DESCONSTRUÇÃO DOS ANTECEDENTES

Os trabalhadores já se acostumaram a ouvir a decretação de muitos fins. Os intelectuais e arautos do neoliberalismo e da pós-modernidade já decretaram o fim da História, o fim das ideo-



Carlos Eduardo/ AJB

logias, e agora querem decretar o fim da ética do trabalho, o fim do emprego protegido como consequência da introdução de novas tecnologias no mundo do trabalho.

Na verdade, o que prega o neoliberalismo é o fim da contradição das idéias, o obsoletismo do conflito e a unicidade de visão de mundo. Tal como Heidegger, que aderiu ao Nazismo e decretou o fim da filosofia que, no dizer de Castoriadis "... é um elemento central do projeto greco-ocidental de autonomia individual e social; o fim da filosofia significaria nem mais nem menos do que o fim da liberdade. A liberdade não está apenas ameaçada pelos regimes totalitários ou autoritários. Mas sim de maneira mais escondida, porém, não menos forte, pela atrofia do conflito e da crítica, pela expansão da amnésia e da irrelevância, pela incapacidade crescente de questionar o presente e as instituições existentes, quer sejam

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre foi marcado por uma forte intervenção do Estado nas relações de trabalho, sempre em prejuízo dos trabalhadores

propriamente políticas ou contenham concepções de mundo." (*O mundo fragmentado*, Paz e Terra, 1992.)

A crescente crítica que repele a submissão dos humanos aos desígnios do mercado torna imperativa a afirmação de que os éditos econômicos do pretensão determinismo neoliberal, reificador da tecnologia, da inteligência artificial e outros avanços da humanidade, serão derrotados, pois é impossível impedir que o homem que faz a máquina deixe de "... fazer a História",

como dizia Marx. A concepção de supremacia da "ciência" neoliberal que, apesar de seus avanços, não teve condições de evitar o êxodo de três milhões de americanos pelo furacão Floyd, de igual modo os antecedentes da História apontam para confrontos crescentes com os excluídos de todo gênero e as vítimas do "novo trabalho".

DESCONSTITUIÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre foi marcado por uma forte intervenção do Estado nas relações de trabalho, sempre em prejuízo dos trabalhadores. Principalmente nos últimos trinta e cinco anos, tais intervenções sempre trouxeram elementos de aprofundamento da exclusão dos trabalhadores na repartição do bolo "delfiniano", gerando mais concentração de renda.

A partir de 1964, o modelo econô-

mico disponibilizou mão-de-obra farta e barata, acabando com a estabilidade no emprego e criando o FGTS, além de adotar um rígido controle sobre a política salarial que, engajada com o processo inflacionário, só fez empobrecer a classe trabalhadora. Em 1974, no fim do governo Geisel, foi editada a Lei n. 6.019/74, que regulamentou a contratação de mão-de-obra por interposta empresa, que iniciou o processo de precarização dos direitos contratuais, gerando um grande exército de trabalhadores de segunda classe e inaugurando a chamada terceirização ilegal.

A Constituição de 1988, no dizer dos neoliberais, veio na contramão da história, pelo simples fato de constitucionalizar diversas conquistas dos trabalhadores ao longo de décadas. No entanto, pontos fundamentais da carta política não foram desrespeitados como o que trata da garantia de emprego, afrontada por leis como a 9.601/98 que, além de introduzir a prática comum e permanente da contratação a prazo determinado, ainda suprime, de forma radical, vários direitos garantidos, inclusive pela Constituição. Assim é que já se defrontam os sindicatos com a interpretação oportunista do patronato de que o banco de horas de que trata a citada lei é forma para isentá-los do pagamento de horas extras e seu adicional constitucional. Pior do que isso, a citada lei reduz o percentual do FGTS de 8% para 2%, embora permita a negociação de outro percentual, confirmando o que dissemos antes: a cada intervenção do Es-

**'Um regime que
não oferece aos seres
humanos motivos para
ligarem uns para
os outros não pode
preservar sua
legitimidade por
muito tempo'**

tado, em momentos de crise, principalmente suas ações projetam para diante novas formas de exploração do trabalho, isto é, o progresso do FGTS em relação à estabilidade na intervenção de 1966 precisa ser reduzido para "facilitar" a geração de emprego em 1998, o que, aliás, é mais uma falácia. Tanto é assim, que durante todo o ano de 1998, tão "estimulante" incentivo gerou menos de 5.000 empregos em todo o País.

Contrário disso, tramita no Parlamento há mais de dez anos projeto do deputado Paulo Paim (PT/RS), tentando regulamentar a despedida arbitrária. Nessa matéria, o governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto n. 2.100 de 20/12/96, denunciou a adesão do Brasil à Convenção n. 158 da OIT, que trata da demissão de trabalhadores, impondo-lhe restrições e procedimentos de proteção ao trabalho, mesmo em face da automação, que é outro preceito constitucional não regulamentado, embora, ironicamente, tramine na Câmara, projeto de proteção em face da automação, de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, desde 1992.

O último ponto de nossa abordagem diz respeito à Justiça do Trabalho. Sob a necessária e, quiçá, profilática precisão de se estabelecer uma CPI do Judiciário, os neoliberais de todos os matizes, os cínicos de sempre e a mídia "comportada" tentaram vender a necessidade do fim da Justiça do Trabalho, cometendo uma metonímia sádica, ao confundir corruptos com a menos corrupta justiça do Poder Judiciário. Sua exclusão do "cardápio" capitalista visa facilitar um ataque frontal às regras do direito de proteção ao trabalho, entregando ao mercado a tarefa de regulação das relações contratuais de trabalho, conforme preceitua o receituário do FMI.

Ao contrário desse receituário, impõe-se no Brasil a necessidade de fortalecer a Justiça do Trabalho, como Justiça Especializada, não só dotando-a de maior agilidade, como o julgamento sumário de causas até quarenta salários mínimos e maior exigência para a interposição de recursos, onerando-os financeiramente, como também ampliando sua competência para julgar processos de acidentes de trabalho.

No fim do texto, o único que admitimos acabado, por enquanto, uma citação do fim da *Corrosão do Caráter*, de Senneff (Record, 1999): "Mas sei que um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo".

Raimundo J. B. Teixeira Mendes, advogado trabalhista do Conselho Jurídico da CUT/ Nacional.

Estratégia de resistência

Adhemar S. Mineiro

A década de 1990 tem sido de resistência para o movimento sindical brasileiro. Pressionado pela avalanche ideológica liberal, pelos movimentos de reestruturação produtiva do capitalismo e pela prevalência de uma lógica de valorização financeira da riqueza, componentes igualmente presentes no cenário internacional, o sindicalismo adotou formas de resistência localizadas que parecem estar chegando a um limite. O objetivo deste artigo é abordar brevemente estes limites e tentar apontar algumas pistas de alternativas para retomar a ação

Os anos de 1990 foram marcados no Brasil pela introdução rápida de mecanismos de liberalização comercial e financeira e pela aceleração da reestruturação produtiva. Estes fatores ocorreram agora não apenas em um quadro no qual se introduziam modificações tecnológicas e gerenciais visando a concorrência interna, mas ao mesmo tempo visando sobreviver à competição dos produtos internacionais — em um quadro agravado, a partir do Plano Real, em 1994, pela combinação de taxas de juros extremamente altas com a valorização cambial. Os produtos internacionais passavam a entrar aqui cada vez mais baratos, quer pela redução de tarifas de importação, quer pela sobrevalorização da moeda nacional. Tal quadro agravado prevaleceu de meados de 1994 ao final de 1998.

Dessa forma, quer pela oportunidade de aproveitar um câmbio sobrevalorizado para importar máquinas no mercado internacional a um custo mais baixo, quer para resistir à concorrência de produtos importados que entravam mais baratos, acelerou-se a modernização da estrutura produtiva brasileira, ao mesmo tempo em que esta se concentrava e se internacionalizava (afinal, os fluxos financeiros internacionais estavam facilitados por diversos mecanismos, e os processos de privatização avançavam sob uma lógica

de valorização financeira e de atração de capitais externos).

A abertura comercial e a reestruturação produtiva atingiam duramente o setor industrial instalado no País. Além disso, com os processos de privatização e os sucessivos pacotes acordados com o Fundo Monetário Internacional (que vinham desde 1980, e cujo acerto do último trimestre de 1998 é o mais



Gilberto Alves/ AJB

recente), que previam maior grau de abertura, reformas liberalizantes em geral e aperto orçamentário dos gastos não-financeiros, passavam a alcançar com a mesma intensidade também o setor público.

Nessas duas áreas — indústria e setor público — estão os setores mais organizados e ativos do movimento sindical brasileiro, que passaram a se confrontar com um quadro adverso, cujos efeitos mais visíveis foram a ampliação e a estabilização em patamares extremamente elevados das taxas de desemprego — em torno de 20% nas principais regiões metropolitanas do País, segundo dados das diversas Pesquisas de Emprego e Desemprego — PEDs.

Estas são as principais determinantes de um quadro de defensiva do movimento sindical brasileiro, que além da ofensiva patronal, acabou também confrontado com uma agenda de polí-

ticas trabalhistas e de mercado de trabalho flexibilizadoras a partir de meados dos anos de 1990. Desde a generalização do trabalho aos domingos no comércio, passando por medidas como a instituição por medida provisória da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), contratos por tempo determinado ou em tempo parcial, banco de horas e suspensão temporária do contrato de trabalho, as medidas caminham no sentido geral da flexibiliza-

A política de mercado de trabalho do governo brasileiro insiste na tese de que o problema central é a não-adequação da mão-de-obra brasileira às novas oportunidades de trabalho

ção e da adequação dos salários e do número de horas trabalhadas aos ciclos de produção da economia, em um momento em que esses ciclos se apresentam particularmente descendentes. O governo brasileiro chegou a pedir, em janeiro de 1996, a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (que estabelece a obrigatoriedade de que as empresas justifiquem as demissões), parecendo estar adotando uma medida contrária ao receituário da flexibilização, e de denunciar (desistir da adesão) à Convenção 158 em novembro do mesmo ano.

Além disso, a política de mercado de trabalho do governo brasileiro insiste na tese de que o problema central é a não-adequação da mão-de-obra brasileira às novas oportunidades de trabalho que estavam surgindo (nunca especificadas onde, embora as estatísticas do emprego no País apontem aumento de postos de trabalho em serviços e no informal, em geral em serviços de baixíssima qualificação) e transfere em parte o problema para a individualidade do trabalhador — afinal, pelo discurso oficial, o grande problema não era uma política econômica incapaz de gerar desenvolvimento e bons postos de trabalho, mas a baixa “empregabilidade” do trabalhador brasileiro. E mais: defende a ampliação dos programas de formação e requalificação de trabalhadores.

A INCORPORAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL À AGENDA OFICIAL

Colocado na defensiva por uma conjuntura extremamente adversa, e ao contrário do que havia feito ao longo dos anos 1980 — quando, em que pese uma conjuntura econômica também adversa durante a maior parte do tempo, o movimento sindical brasileiro



Panorâmica da grande marcha contra as privatizações (agosto de 1999)

buscara construir alternativas, apresentando uma agenda alternativa e disputando a saída da crise —, nos anos 1990 a opção do movimento sindical parece ter sido em boa parte se incorporar à agenda oficial de discussões. Ele agora busca ser propositivo não na apresentação de uma agenda alternativa de discussões, mas se “adaptando” à agenda política definida pelos setores dominantes.

Isso significou discutir formas de qualificar as propostas de remuneração variável (PLR, banco de horas, etc.), da “flexibilização do emprego” (contrato de trabalho por tempo determinado, por tempo parcial, com suspensão temporária), de se incorporar defensivamente ao discurso da reestruturação produtiva e da formação/requalificação dos trabalhadores, de participar das discussões do chamado “custo Brasil” e de entrar até nas discussões sobre como participar nos processos de privatização (os chamados “clube de empregados” são apenas um dos exemplos destas discussões) ou nos embates chamados de “guerra fiscal” entre os estados brasileiros. Em que pesem os absurdos da concessão de subsídios fiscais à instalação da fábrica da Ford na Bahia, por exemplo, vale observar que em outros momentos e localizadamente o próprio movimento sindical defendeu concessões de subsídios ao setor automotivo, ficando dessa forma o seu questionamento restrito a uma discussão de critérios, e não de princípios.

Assim, se sua incorporação à agenda “oficial” de debates permitiu ao movimento sindical sobreviver e permanecer como um ator político importante nas discussões que se travaram ao longo dos anos de 1990, também é verdade que essa participação acabou servindo para legitimar a agenda apresentada pelos setores dominantes, ao mes-

Abre-se para o movimento sindical brasileiro a oportunidade, mais uma vez, de substituir a participação propositiva dentro da agenda “oficial” pela proposição de uma agenda alternativa de discussões

mo tempo em que os trabalhadores se enredavam cada vez mais nas condições da participação defensiva em uma agenda que não era a sua, e além do mais problemática do ponto de vista dos trabalhadores visto como conjunto.

AS POSSIBILIDADES DA RETOMADA DE UMA AGENDA ALTERNATIVA

O agravamento da crise econômica no final da década de 1990, das condições sociais e econômicas do País em geral e a sensação generalizada de que, ao contrário do que foi alardeado em 1994, o governo Fernando Henrique não foi capaz de sedimentar um projeto de desenvolvimento e de poder para, no mínimo, vinte anos (como gostava de dizer o falecido ex-ministro Sérgio Motta), substituindo o projeto de desenvolvimento assentado no país entre os anos 1940/1970, reabrem de forma clara a necessidade de se rediscutir um projeto de desenvolvimento e um projeto de País para o Brasil. Neste momento já se começa até mesmo a fazer comparações que apontam para o fato de a década de 1990 ter presenciado uma perda ainda maior do que a de 1980, quer economicamente, quer do ponto de vista político e social (afinal, ao longo dos anos de 1980 a sociedade brasileira conquistou espaços democráticos e de organização, e chegou ao

final da década com mais esperança, o que convém não deixar de contabilizar).

Do ponto de vista econômico, parecem ficar cada vez mais claros os limites colocados pela vulnerabilidade externa da economia brasileira. Do ponto de vista social, a inclusão nas políticas públicas e no mercado consumidor das maiorias sociais do País é questão fundamental — ou, alternativamente, se a sociedade brasileira quer ampliar, com todas as suas consequências do ponto de vista da institucionalização da violência, o fosso entre possuidores e despossuídos. Do ponto de vista político, responder se quer continuar como nação soberana e democrática ou, alternativamente, ampliar a sua inserção subordinada ao cenário internacional e tolher ainda mais a cidadania dos brasileiros.

Essas são respostas fundamentais na disputa por um novo projeto de País, a qual hoje se apresenta claramente recolocada. Abre-se, portanto, para o movimento sindical brasileiro, a oportunidade, mais uma vez, de substituir a participação propositiva dentro da agenda “oficial” pela proposição de uma agenda alternativa de discussões, ajudando a construir junto com o conjunto de setores que buscam estruturar hoje no País uma alternativa à crise do projeto hegemônico. Dessa forma, será possível oferecer uma contribuição específica que os setores sindicalmente organizados são capazes de aportar — com todas as consequências para as discussões que devem ser pragmaticamente enfrentadas pelo movimento sindical que essa definição estratégica possa ter. ☐

Adhemar Mineiro, membro da Direção Colegiada do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ).

O trabalho como vocação

Odair Pedroso Mateus

Entendendo vocação como a tarefa que cada um recebe de Deus no mundo e que se manifesta pela posição ocupada na sociedade, o autor dá pinceladas sobre a ética protestante do trabalho

Enquanto escrevo este artigo, trabalhando de graça em fim-de-semana prolongado de céu azul e muito calor, a mega sena volta a ficar acumulada. E como sempre acontece, a televisão vai pra rua perguntar aos futuros milionários e milionárias o que farão com tanto dinheiro que muito provavelmente não vão ganhar. Não me lembro se desta vez a matéria foi feita no Rio ou em São Paulo (mas isso faz alguma diferença?), mas as respostas foram unâimes: parar de trabalhar. A cultura democrática brasileira parece, portanto, continuar dando razão à etimologia da palavra latina “trabalho”. Ela vem de *tripaliu*, “três paus”, antigo instrumento de tortura. Trabalhar, entre outras coisas menos importantes, é sofrer.

Tudo isso me leva a pensar que em suas origens o protestantismo não se rebelou apenas contra Roma, mas também, talvez inspirado por dialetos “bárbaros”, contra certos acordos silenciosos veiculados pela língua dos patrícios e cardeais romanos. Afinal, de fonte de sofrimento o trabalho se transformou, na ética protestante — e, particularmente, na ética protestante puritana —, em questão de vocação divina.

Esse é o tema deste pequeno artigo que deve quase tudo a Éric Fuchs e a André Bieler. Ele pode ser lido, portanto, de duas maneiras: como breve nota sobre a ética protestante do trabalho ou como explicação para o fato de eu estar trabalhando de graça em fim-de-semana prolongado de céu azul e muito calor e ainda assim não ter a mínima vontade de apostar na mega sena acumulada. Você decide. Livre exame.

DEMOCRATIZAÇÃO INSPIRADA PELA GRAÇA

A moral cristã medieval admitia tacitamente que a Igreja era uma sociedade dividida em dois grupos que viviam na mesma casa. No andar de baixo, o térreo ou “natural”, viviam as massas leigas e delas a moral exigia apenas que procurassem cumprir os dez mandamentos do Antigo Testamento. No andar de cima, sobre o natural, viviam os sacerdotes e todos aqueles e aquelas que tinham a “vocação” e deles ela exigia, pelo menos em princípio, que cumprissem o rigoroso sermão da

montanha do Novo Testamento, vivendo, para isso, em condições e lugares — mosteiros, por exemplo — diferentes daqueles em que vivia o pessoal do térreo.

Os reformadores Lutero e Calvino, entre outros, lutaram por uma casa térrea em que a elite do antigo andar de cima trabalhasse para os do andar de baixo e todos juntos trabalhassem pela vizinhança. Em famoso manifesto de 1520, Lutero viu na casa medieval de dois pavimentos uma das muralhas a serem abatidas pelo cristianismo dos tempos modernos: “Inventou-se que o papa, os bispos, os sacerdotes e os monges sejam chamados de estamento espiritual; príncipes, senhores, artesãos e agricultores, de estamento secular. Isso é uma invenção e fraude muito refinada. Mas que ninguém se intimide por causa disso, e pela seguinte razão: todos os cristãos são verdadeiramente de estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles, a não ser exclusivamente por força do ofício (...). Assim pois todos nós somos ordenados sacerdotes...”. Se a salvação eterna da nossa alma é obra somente da misericórdia graciosa de Deus por meio apenas da fé que ele suscita em nós, sem qualquer mérito de nossa parte, então somos todas e todos sacerdotes, isto é, iguais em indignidade e em dignidade.

Uma das conseqüências dessa democratização inspirada pela graça foi a guinada semântica por que passou a palavra “vocação” que usei a propósi-

to, sem avisar vocês, no parágrafo anterior. Até então ela designara apenas — como continua designando entre católicos e evangélicos — o chamado divino para a dedicação pessoal aos ministérios cristãos.

A Reforma Protestante passou a falar em vocação de modo aparentemente secularizado, mas fundamentalmente religioso, para descrever “a tarefa que cada um recebe de Deus no mundo e que se manifesta pela posição ocupada na sociedade”. Ela passou a usar o termo como nós o empregamos quando falamos em teste vocacional, isto é, usando-o em íntima conexão com o trabalho. Se todas e todos são igualmente sacerdotes, iguais em indignidade e em dignidade, então a vocação religiosa é dirigida indistintamente a todas e a todos. Mais que isso, ela é um chamado não para a vida monástica, fora do mundo, mas para a vida no mundo, familiar, pública, eclesial e profissional. “Parece ser algo belo deixar todos os bens para ficar livre das solitudes terrestres”, escreveu Calvino. “Mas mais que isso, Deus pretende que o homem, purificado de toda avareza, ambição e outras concupiscências carnis, tome o cuidado de governar bem e com santidade sua família com o objetivo e propósito de servir a Deus em uma vocação justa e aprovada”.

O trabalho humano é, portanto, para Calvino, meio privilegiado de exercício da vocação divina. Ele é baseado no trabalho do Deus-Criador. Ele deve ser limitado pelo descanso, evidência espiritual de que Deus faz sua obra em nossa obra e obstáculo à tentação de nos exaltarmos em virtude dos nossos próprios esforços e de seus resultados. Se Deus se serve dele, então nosso trabalho, doloroso e mesmo alienante, tem grande dignidade. Por meio dele, participamos da vocação secular-religiosa comum e colaboramos para que

ela seja cumprida satisfatoriamente para a benefício de nossos semelhantes. Para Calvino, escreve Fuchs, a ética do trabalho era antes de tudo “protesto contra a desvalorização religiosa das atividades profanas e esforço para restaurar sua nobreza enquanto serviço a Deus e ao próximo”.

RADICALIZANDO A TEOLOGIA DO TRABALHO HUMANO

A ética puritana de origem calvinista, que surgiu e se desenvolveu nos séculos XVI e XVII particularmente na área cultural anglo-saxã, desenvolveu, radicalizou e mesmo empobreceu essa teologia e essa ética renovadas do trabalho humano. Com Perkins, ela pensou a vocação secular-religiosa como a função que cada pessoa deve exercer para a manutenção e aprimoramento da ordem pública e pensou a profissão como escolha de uma resposta à vocação divina que leva em conta as aptidões pessoais. Com Steele, em plena ascensão triunfante da burguesia mercantil e industrial, ela aproximou profissão e utilidade social. A vocação divina particular ou temporal, dizia ele, “é um emprego estabelecido em ocupação específica que Deus nos atribui para nosso bem e o bem dos demais”.

Com Baxter, pouco mais tarde, ela já não considerou mais o trabalho apenas uma das esferas de cumprimento da vocação secular-religiosa, mas “a vocação fundamental”, aquilo que é “o específico do homem como é o específico de Deus”, o “objetivo moral e natural da potencialidade humana”. Desse modo, sempre segundo Fuchs, ela se encaminhou para o “utilitarismo preocupado mais com resultados que com princípios de justiça” ou com a promoção de uma sociedade “mais livre, mais igualitária, mais justa”.

Não chega a estranhar que essa ética puritana do trabalho, que criticou os

Vocação é um chamado não para a vida monástica, fora do mundo, mas para a vida no mundo, familiar, pública, eclesial e profissional

ricos ociosos que “passam o tempo a comer e beber, a se entregar aos esportes e a se divertir”, tenha sido tão ou mais rigorosa em relação aos vagabundos, aos mendigos e aos que viviam nos mosteiros. Uma vez que do trabalho de cada pessoa depende o bem-estar social, os que rejeitam o trabalho rebelam-se contra Deus. O pobre deixou de ser “símbolo vivo de Cristo a ser honrado especialmente pela caridade” para ser aquele a quem deviam ser proporcionados meios de sobrevivência e de trabalho.

Nas cidades protestantes da época, os que viviam de esmola deviam escolher entre o trabalho ou a expulsão. Para Perkins, “vagar de um lado para outro, ano após ano, em busca de comida, não é vocação, mas vida de animal”. Vale lembrar que a mesma identificação entre marginalização social deliberada e rejeição da vocação divina levou Calvino e o puritanismo calvinista à condenação vigorosa da vida monástica de então.

Tenho o estranho pressentimento de que alguém aí deve estar tendo a brilhante idéia de que há, para o bem ou mais provavelmente para o mal, certa “afinidade eletiva” entre essa ética puritana do trabalho e a cultura liberal do capitalismo moderno. Que o novo gênio da sociologia não se iluda. Weber e Troeltsch já descobriram isso. E não é de hoje...

Odair Pedroso Mateus, doutor em Teologia e secretário-geral da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE).

Violência

e percepções coletivas

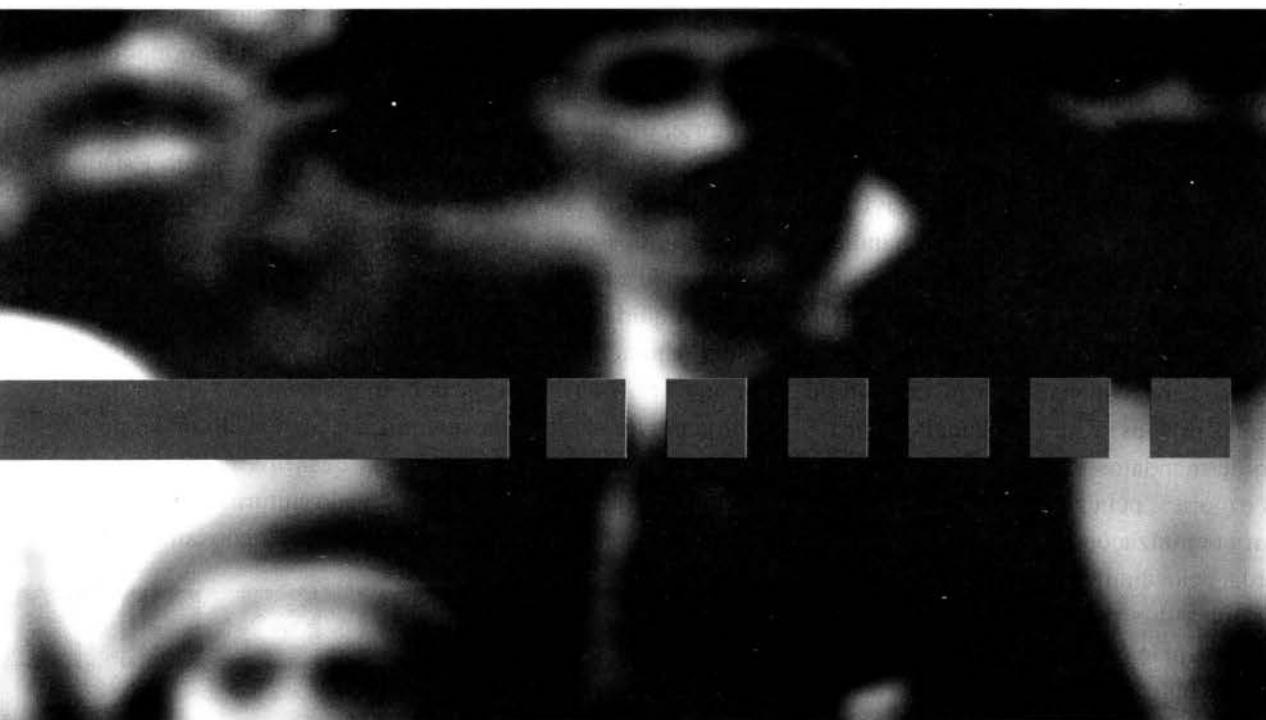
Sérgio Adorno

Contexto social e político que conheceu o crescimento do crime violento nas grandes metrópoles brasileiras; papel e desempenho das polícias militar e civil na contenção da ordem pública; impacto na opinião pública, focalizando sobretudo o conflito entre posições pró e contra os direitos humanos

Decorridos 21 anos de vigência do regime autoritário (1964-1985), a sociedade brasileira retornou à normalidade democrática e ao Estado de Direito. A nova Constituição (1988) instituiu um novo regime político que alargou os canais de participação e representação; expandiu o elenco de direitos (civis, coletivos, sociais e políticos); suspendeu obstáculos na comunicação entre grupos organizados da sociedade civil e o Estado; inclinou-se a abolir as organizações secretas, acolhendo o princípio da transparência nas decisões políticas; cuidou de impor li-

mites legais ao caráter discricionário do poder político. Comparativamente às anteriores, a nova Constituição consagrou como inalienável o direito à vida. O racismo e a tortura tornaram-se crimes inafiançáveis, imprescritíveis e não contemplados pela anistia.

Entretanto, a transição democrática, após vinte e um anos de regime autoritário (1964-1985), não foi suficiente para submeter as agências encarregadas de repressão ao crime ao império da lei. Apesar das mudanças profundas experimentadas pela sociedade e, em particular, às transformações



William Seewald

emergentes no domínio da criminalidade urbana em direção ao crime organizado, as políticas públicas penais formuladas e implementadas pelos governos federal e estadual, durante o processo de transição e consolidação democráticos, não lograram romper radicalmente com o legado autoritário. As violações de direitos humanos continuaram a ocorrer, apesar do cenário de mudanças institucionais anunciadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos.

O GOLPE DE 1964 E A SEGURANÇA PÚBLICA

As novas condições político-institucionais emergentes com o golpe de 1964 impuseram um novo padrão de relacionamento entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, comprometendo o já frágil regime federalista, fragilidade agravada pela crescente expansão da intervenção estatal nos mais diversos setores da vida civil e pelo caráter marcadamente centralizador dos processos decisórios. Para assegurá-los, o regime implantado reprimiu, como se sabe, toda e qualquer oposição política organizada. Entre 1968 e 1974, os sucessivos governos burocrático-autoritários instituíram um sistema de repressão política que articulava forças militares policiais e forças paramilitares, sistema responsável pela censura, pelas prisões arbitrárias, pela cassação de mandatos eletivos, pelas torturas e mortes, pela guerra psicológica contra organizações populares e de esquerda, pelos limites impostos às prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, pelo esfacelamento dos partidos de oposição, pelo

cerceamento às liberdades civis e políticas, pelo esvaziamento intelectual das principais universidades e centros de produção científica e cultural crítica, pelo exílio e clandestinidade de lideranças políticas.

No terreno da criminalidade comum, os efeitos desse amplo processo de reordenação das relações sociais e políticas em torno do regime autoritário não se fizeram por esperar. Desde meados da década de 1960, é cada vez mais acentuada a participação dos órgãos federais na condução das políticas de segurança e justiça estaduais. O policiamento preventivo e ostensivo é militarizado, tornando-se frequentes as inspeções policiais arbitrárias nas ruas e sobretudo nas habitações populares sem prévia autorização judicial. Nas delegacias e distritos policiais, torturas e maus tratos contra presos, suspeitos da prática de crimes, constituía rotina nas investigações policiais. Além do mais, o período é caracterizado pelo acirramento da "guerra" entre policiais e delinquentes, na origem da qual surgiram esquadrões da morte, organizações paramilitares, envolvendo policiais e civis, cujos objetivos eram eliminar bandidos comprometidos com tráfico de drogas, contrabando e assalto a bancos como também liquidar testemunhas que pudessem denunciá-las à justiça pública. Por sua vez, os tribunais de justiça penal mantiveram-se aparentemente alheios a esse processo. Não esboçaram resistências à imposição das regras arbitrárias ao controle

Desde meados da década de 1960, é cada vez mais acentuada a participação dos órgãos federais na condução das políticas de segurança e justiça estaduais

repressivo da ordem pública. Suspeita-se que, no período, tenham sido mais rigorosos na distribuição de sanções penais, sobretudo nos crimes contra o patrimônio, uma das modalidades de ação delituosa mais frequentes nas estatísticas policiais e, em geral, cometida por cidadãos das classes populares. Quanto às prisões, assiste-se a crescente intervenção de órgãos normativos federais, como o Conselho Nacional de Política Penitenciária e o Departamento Penitenciário Federal, preocupados com a gestão administrativa de amplas massas carcerárias que se acumulavam, notadamente nas grandes capitais brasileiras.

Com a promulgação da Constituição de 1988 que restituiu normalidade democrática à sociedade brasileira, criaram-se instrumentos legais de defesa dos civis contra o arbítrio do Estado. Tinha-se em vista, entre outros objetivos, conter a ação das agências encarregadas de controle repressivo da ordem pública dentro dos limites da legalidade, inclusive aquelas responsáveis pela implementação de políticas de segurança e justiça. Todavia, nesse domínio, os desafios eram enormes porque o legado autoritário permanecia forte e atuante. Paradoxalmente, no

curso do processo de transição democrática, as práticas violentas e arbitrárias de contenção do crime tenderam a acentuar-se como resposta a dois movimentos distintos: por um lado, o crescimento da criminalidade urbana violenta; por outro, o avanço dos movimentos de defesa dos direitos humanos.

Desde meados da década de 1970, exacerbou-se o sentimento de medo e insegurança, diante da expectativa, cada vez mais provável, de qualquer cidadão, independentemente de sua condição de raça, classe, cultura, gênero, geração, credo ou origem étnica e regional, ser vítima de uma ofensa criminal. Não parece infundado esse sentimento. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam, a partir dessa década, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Dentre elas, crescem mais rapidamente os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os seqüestros, os estupros. Esse crescimento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões convencionais de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência.

A CONTENÇÃO REPRESSIVA DA ORDEM PÚBLICA

Para conter esse crescimento da criminalidade violenta tem-se recorrido a um controle igualmente violento da ordem pública, cujos resultados se espelham no emprego não raro desproporcional das forças policiais repressivas. Muitas vezes, sob pressões da “opinião pública”, as políticas públicas de segurança formulam diretrizes às agências policiais no sentido de conter a violência a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário comprometer vidas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes. O que se viu, nos últimos anos da década passada e início desta década, foi uma escalada ímpar da violência policial. Paradoxalmente, ampliaram-se as oportunidades de envolvimento de policiais (civis e militares) com essa delinquência violenta, dados os atrativos financeiros oferecidos pelo tráfico de drogas, seqüestros e outras modalidades de ilícitos penais. Os últimos acontecimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, em que um número apreciável de policiais militares e civis são acusados de corrupção no exercício da função pública, parecem ilustrar esse paradoxo.

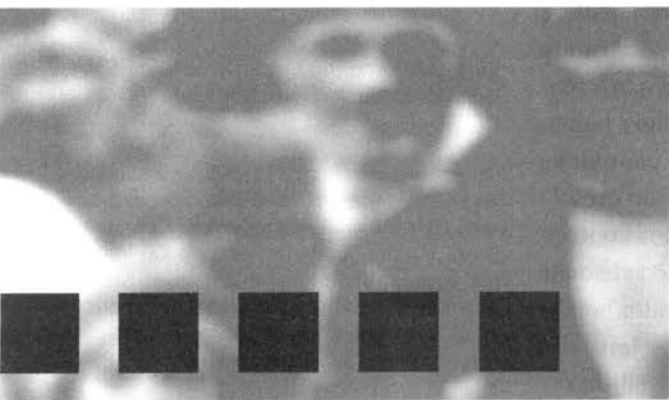
Ademais, tem sido observado o comprometimento de policiais, tanto civis quanto militares, com grupos de extermínio. Embora não se trate de fenômeno recente na sociedade brasileira, eles parecem ter-se multiplicado e intensificado sua ação nos anos que se segui-

Com a promulgação da Constituição de 1988 que restituiu normalidade democrática à sociedade brasileira, criaram-se instrumentos legais de defesa dos civis contra o arbítrio do Estado

ram à transição democrática. Talvez menos por consequência dos acontecimentos políticos em curso, porém como resultado de um processo de adensamento e de mudança da composição demográfica e social das classes populares, habitantes das periferias das grandes metrópoles brasileiras. Esses trágicos acontecimentos parecem ter alcançado seu clímax com o massacre da Casa de Detenção em São Paulo (outubro de 1992). A descrição dos acontecimentos sugere que as forças policiais empregaram força desproporcional ao foco de rebelião que pretendiam debelar. Não parecem ter empregado ações táticas, não se orientaram pelas recomendações da inteligência estratégica, não obedeceram a comando único e unificado e, por conseguinte, não buscaram poupar vidas.

A polícia vem sofrendo, desde a década de 1970, sucessivas reformas administrativas visando reaparelhá-la para conter a “desordem urbana”. No entanto, as medidas “modernizantes” pouco têm contribuído para compatibilizar o funcionamento das forças policiais com as exigências do Estado democrático de Direito. Tampouco têm contribuído para conferir eficiência seja ao policiamento preventivo-repressivo seja às funções de polícia judiciária.

Ao que tudo indica, a emergência do crime no debate público veio à es-




teira das lutas sociais e políticas pelo fim do regime autoritário e pela reconstrução da sociedade democrática no Brasil.

Os confrontos entre forças conservadoras e forças “progressistas” logo se tornaram manifestos. E, com progressão quase explosiva. Por um lado, assiste-se à constituição de movimentos de defesa de direitos humanos, em diferentes partes do País, mas especialmente em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, preocupados em conquistar/resgatar a cidadania para segmentos da população, como as diferentes categorias de trabalhadores empobrecidos, bem como protegê-los contra as arbitrariedades e violências perpetradas seja pelo Estado, seja por grupos da sociedade civil. A constituição desses movimentos foi, como se sabe, seguida de uma torrente infundável de denúncias de toda sorte, sobretudo contra a violência policial e contra a violência nas prisões, a par de outras práticas tais como visitas periódicas às instituições de contenção e repressão ao crime, intervenções constantes na imprensa e na mídia eletrônica, organização de inúmeros fóruns de debates dos mais distintos tipos — técnicos, profissionais, acadêmicos —, reunindo especialistas, pesquisadores, profissionais, formadores de opinião e público leigo em geral. Foram esses movimentos responsáveis por descobertas surpreendentes, entre as quais a extrema intimidade e solidariedade entre as estratégias e táticas de repressão ao crime comum e de repressão à dissidência política.

Do lado daqueles que se encontravam sob crítica dos movimentos de

defesa dos direitos humanos, as reações também não se fizeram por esperar. Desconfiados dos rumos que tomava a redemocratização da sociedade brasileira, temerosos de eventuais represálias ou apuração de abusos cometidos durante a vigência do regime autoritário, inseguros quanto a possíveis deslocamentos dos tradicionais postos de poder aos quais haviam se apegado com afinco, logo armaram estratégias de defesa e ataque. Desfrutando de posição privilegiada no interior dos aparelhos de Estado e gozando de certo prestígio entre alguns segmentos da imprensa escrita — sobretudo da reportagem policial — e mesmo da mídia eletrônica, representantes das forças conservadoras conseguiram, em curto espaço de tempo, reacender o autoritarismo social que, não raro, caracteriza certos traços da cultura política brasileira. Não somente mobilizaram sentimentos coletivos de insegurança que já se anteviam no início dos anos de 1980, atraindo a seu favor opiniões favoráveis a uma intervenção autoritária no controle da ordem pública; isto é, reforçando percepções coletivas populares segundo as quais a única forma legítima e imperativa de conter a violência do delinquente é o recurso à violência policial sem interditos legais ou morais. Mais do que isto, lograram enfraquecer argumentos caros aos movimentos de defesa de direitos humanos. Iniciaram com êxito campanha contra os “direitos humanos do preso”, qualificados como privilégios conferidos a bandidos em uma sociedade onde o “homem de bem”, trabalhador honesto, não tem a proteção das leis, das políticas sociais e do poder público.

Como têm sugerido várias análises, os benefícios da segurança têm favorecido alguns grupos da sociedade — nomeadamente os proprietários (nas suas mais diversas categorias) e aqueles que dispõem de pequenas ou grandes imunidades como profissionais liberais, executivos, jornalistas, artistas, professores e outras classes profissionais assemelhadas. O direito à segurança converte-se em direito ao privilégio.

Se este obstáculo não for enfrentado com seriedade e vontade política, é muito provável que o confronto entre forças conservadoras e progressistas persista sem que se possa antever para qual lado a balança vai pender. Seja qual for a inclinação, de qualquer forma os cidadãos prosseguirão desconfiando de suas instituições e, mais do que isto, suspeitarão de que soluções para o controle eficiente da violência não podem ser encontradas no domínio do Estado democrático de direito. Reforçarão o desejo obsessivo de punição contra qualquer cidadão suspeito de haver cometido crimes. Está perigosamente fechado o círculo. Romper essa amarra parece ser portanto um desafio à imaginação política brasileira. 

Sérgio Adorno, do Departamento de Sociologia, e do Núcleo de Estudos da Violência/USP.

Originalmente intitulado *Violence, Security and Public Perceptions in Brazil*, paper preparado para o Painel Institutions of Coercion in Brazil and the Southern Cone, no XXI International Congress of Latin American Studies Association – LASA 98. Chicago, setembro de 1998. Não publicado. Resume proposições anteriormente publicadas em Adorno (1994 e 1998).

Pelo amor de Deus, atletas, deixem Cristo em paz

Marcelo Pires

Somos o país do futebol. E somos também o maior país católico do mundo. Nada mais natural que, no domingo brasileiro, assistir ao time do coração seja tão sagrado quanto ir à missa.

Escrevi o parágrafo acima e imediatamente percebi nele um total anacronismo. A religião e o futebol andaram mudando muito. Nestes tempos de aeróbica da fé, o catolicismo não só obsoletou a ritualidade do domingo como a ritualidade da própria missa. Basta ligar a TV, não importa dia, não interessa horário, para descobrir alguém rezando. E rezando espetacularmente, já que, caros telespectadores, estamos ao vivo e em cores.

Os dirigentes dos clubes — que parecem ter cabeça só para usar cartola — também atentaram contra a magia dos nossos domingos, transformando os calen-

dários dos campeonatos em um verdadeiro calvário. Agora, somos obrigados a testemunhar coisas estranhas como uma quinta de futebol, por exemplo.

Se não bastasse a superexposição de jogos e preces, os jogos e as preces andam se sobrepondo no depoimento de muitos jogadores. Os atletas não param de falar em Cristo. Chegamos, na verdade, ao assunto desta crônica.

Os clichês antigos das transmissões de futebol (“O time tá unido, a equipe tá preparada”) estão sendo substituídos por aborrecidos sermões, com direito a péssimas citações da Bíblia e a demonstrações de fé cada vez mais televisivas. É um show de braços elevados aos céus, mãos-postas, sinais-da-cruz e olhos fechados com força, muita força. A intensidade em fechar os olhos, aliás, é uma das formas mais recor-



rentes de revelar às câmeras toda a intensidade de uma grande fé.

Com todo o respeito, e ciente de que não passo de um simples mortal, às vezes me pego pensando no embaraço de Jesus Cristo: "Oh, Pai, devo atender às orações do time de verde ou às rezas do time de branco?". Como continuamos assistindo a vitórias e derrotas nos jogos brasileiros, percebo, aliviado, que Cristo está agradecido a seus devotos, mas reage com magnitude. Se Ele estivesse escutando todos, estaríamos nos aborrecendo com um empate atrás do outro: Palmeiras 11 x 11 São Paulo, Corinthians 25 x 25 Santos, Lusa 30 x 30 Guarani.

Na verdade, Jesus nem tem tempo para dispensar tanta atenção assim aos nossos jogadores, marmanjões famosos, saudáveis e, muitas vezes, milionários. O Brasil tem muito mais miseráveis clamando por engolir um frango do que goleiros crentes clamando por não engolir.

Eu sei que este texto pode soar leviano a muita gente. Não gostaria que estas linhas fossem entendidas

como desrespeito à fé alheia. Pelo contrário. Quem anda cometendo excessos, a meu ver, são esses evangélicos de chuteira, esses cristãos de calças curtas. Sempre achei que a sinceridade de uma prece é proporcional à discricção com que ela é vivenciada. E, se na igreja ninguém fica falando em futebol, por que ficar falando de religião nos estádios? A mim não cheira bem quando a religiosidade resolve filiar-se a qualquer tipo de agremiação — esse tipo de tabelinha costuma gerar as seitas mais radicais.

Lembre-se: a carreira de um jogador não dura muito tempo. Um homem jovem, de 35 anos, já é velho para o futebol. Os nossos craques, maliciosamente ou não, devem estar percebendo que virar profissional da "alma" é uma ótima saída para quando o corpo não corresponder mais às exigências do esporte.

O país inteiro, recentemente, viu a conversão do ponta-direita Muller em pastor evangélico. Nada contra o Muller. Cito-o apenas na condição de um precursor. Tenho certeza de que, em breve, veremos muitos outros craques da seleção suando a camisa Armani e o terno Prada nas mais diversas Assembléias de Deus.

E, se os jogadores, ingênuos, realmente não estiverem percebendo quanto um intervalo de jogo tem potencial para se transformar no mais potente dos púlpitos, muitos cartolas, seja dos clubes, seja das igrejas, já devem estar planejando maneiras de transformar essa doutrinação — feita em horário nobre para todo o território nacional — em díizimos no futuro. E, cá entre nós, na boa-fé dos jogadores eu posso até acreditar. Mas na dos cartolas, nunca.

Marcelo Pires é diretor de Criação da W/Brasil. (Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 de junho de 1999, na seção "Criação & Consumo")



O lúdico e o político no carnaval da Bahia

Ari Lima

Formas diferentes de perceber o carnaval baiano, a partir de convicções político-ideológicas e programas identitários, na perspectiva de três importantes entidades carnavalescas: o Afoxé Filhos de Gandhi e os blocos Ilê Aiyê e Olodum

O carnaval da Bahia é um acontecimento no qual uma massiva presença negra expõe o dinamismo das relações entre brancos e negros e do próprio meio negro numa sociedade fortemente marcada pela desigualdade econômica, injustiça social, preconceito de cor e discriminação racial. Fenômeno de rua, aglutina baianos de origens diversas, segmentados em termos de cor e classe dentro e nas laterais das cordas que cercam a passagem de diversas entidades carnavalescas.

Nesse carnaval, os pobres são majoritariamente negros e predominam nos blocos afros, nos afoxés, nos blocos de índio, nas batucadas, nos grupos de samba e metais — é a nossa



Dilmar Cavalher/ AUB

Pouco a pouco, o Afoxé Filhos de Gandhi, símbolo da paz no carnaval, ganhou a simpatia da comunidade negra, atravessou fronteiras ideológicas, de classe, e se transformou em representante de "baianidade"

"gente animada". Os abastados são quase exclusivamente brancos, fazem o carnaval elétrico dos trios — é a nossa "gente bonita" e televisiva. O que seria uma festa de inversão simbólica torna-se, na Bahia uma versão mais tensionada e sintética de uma nefasta ordem social cotidiana em que o avesso do lúdico é o político.

Nesse sentido, vale destacar o aniversário de três importantes entidades carnavalescas em 1999: o Afoxé Filhos de Gandhi (50 anos de existência), o bloco afro Ilê Aiyê (25 anos) e o bloco afro Olodum (20 anos). Cada uma delas, a seu modo, reflete o envolvimento da festa com disposições político-ideológicas, programas identitários universalistas ou diacríticos. Aqui, numa ordem cronológica, vou remontar brevemente a história de cada uma dessas entidades, revelar suas disposições político-ideológicas e seus programas identitários.

'FILHOS DE GANDHI' PEDE PAZ

No final dos anos de 1940 o mundo ocidental estava ainda sob o impacto da destruição humana fruto do ódio racial cultivado na Segunda Grande Guerra. Não foi por acaso que a Unesco, depois da guerra, financiou pesquisas sobre relações raciais no Brasil que reproduziram o discurso oficial da harmonia "exemplar" e do mínimo de tensão racial num país repleto de tensões sociais e raciais abafadas. Por outro lado, o movimento de libertação pacifista do líder indiano Mahatma Gandhi

contra o poder colonial inglês ganhou a simpatia de boa parte do mundo ocidental, inclusive dos estivadores negros baianos que em 1949, em homenagem ao líder indiano, fundaram o Afoxé Filhos de Gandhi.

A categoria profissional dos estivadores naquela época destacava-se pela politização e autonomia sindical. Participou dos protestos contra o nazifascismo e, simpática aos comunistas, sofreu intervenção sindical logo após a ilegalidade do Partido Comunista. "1949 representava, portanto, uma fase de recuo para a categoria. (...) Elegendo o discurso da paz e da disciplina, o Filhos de Gandhi procurou neutralizar a imagem que se divulgava então acerca dos trabalhadores do Porto: a 'estiva vermelha' seria composta de 'arruaceiros', 'candomblezeiros', operários militantes e autônomos. Ao incorporar o discurso de Gandhi, marcado por uma estratégia de resistência pacífica, os estivadores baianos transpuseram para o plano moral a questão da defesa de sua liberdade social, política e religiosa".¹

Pouco a pouco, o Afoxé Filhos de Gandhi, símbolo da paz no carnaval, ganharia a simpatia da comunidade negra, atravessaria fronteiras ideológicas, de classe, se transformaria em representante de "baianidade", se tornaria entidade de utilidade pública municipal (1961), estadual (1980) e sob a proteção do governo ganharia uma sede no Pelourinho (1983). Para isso,



A reconstrução de uma história própria baseada no resgate de sentidos negro-africanos difundiria um procedimento que extrapolou o próprio Ilê e influenciou a criação de outros blocos

contribuíram a sedução do ritmo Ijexá, dos cantos em língua africana nagô, a louvação a entidades sagradas do Candomblé, a conduta impecável no carnaval, o discurso universalista e integracionista da direção do Afoxé, que assim obteve a proteção de poderosos brancos e a sua inclusão na cultura oficial baiana.

O MUNDO NEGRO DO ILÊ AIYÊ

Na primeira metade da década de 1970, enquanto o Filhos de Gandhi desmobilizado, apesar de sua política clientelista, quase sucumbiu diante das novas dinâmicas da negritude baiana, um grupo de jovens da Liberdade (bairro popular de Salvador) inventou uma nova maneira de participar e aglutinar os negros no carnaval. Destoando da estratégia política de toda uma geração anterior, o Ilê Aiyê optou pela independência em relação ao governo, à esquerda política e até mesmo a grupos militantes negros sob o argumento de que não pretendia ser instrumento de políticos, partidos ou movimentos organizados de contestação racial.

Por outro lado, em consonância com o movimento negro estadunidense e brasileiro, mobilizado em torno do *Black Power*, da *Soul Music* e da independência política de jovens nações africanas, o Ilê lançou mão de um discurso étnico, diacrítico, de afirmação e autovalorização como comunidade negro-africana. O mundo negro do Ilê se estruturou então ao redor de um terceiro de Candomblé, dirigido pela mãe

de um dos fundadores do bloco, num bairro popular, de grande contingente negro, estigmatizado pela pobreza e violência.

Furiosamente repellido pela sociedade baiana racista, o Ilê cresceu, porque tinha algo a dizer aos grupos militantes existentes sobre a importância da cultura como instrumento de mobilização política entre os jovens negros, pela sua habilidade em afirmar uma identidade específica para o contingente negro marginalizado e indiferenciado pela cultura oficial. A reconstrução de uma história própria baseada no resgate de sentidos negro-africanos difundiria um procedimento que extrapolou o próprio Ilê e influenciou a criação de outros blocos, inclusive do Olodum.

É verdade que o Ilê Aiyê pretendeu ser a África mais essencial por meio da valorização de símbolos afro-baianos presentes no Candomblé, da criação de um espaço onde só poderia caber o negro de fenótipo mais negróide, sensibilizado com a música de base rítmica. O discurso étnico-musical do pioneiro Ilê Aiyê inventou um “mundo negro” elaborado em oposição ao “mundo branco” racista. Tornou-se, desde então, a marca do negro no carnaval baiano, desmistificando a democracia racial baiana. Na ordem do lúdico e do estético, criou uma identidade negra antes fadada à vergonha no interior da ordem social e política.²

O NOVO CARNAVAL DO OLODUM

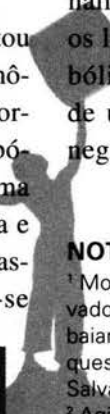
No final dos anos de 1970, a politização da questão do negro na Bahia se intensificava com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Diferente do Ilê e do MNU mas na esteira de ambos, o Olodum estabeleceu uma nova clivagem no carnaval. Esse bloco afro elaborou então um discurso étnico-musical que ultrapassava a re-

Olodum aproveitou as brechas do sistema político hegemônico e da indústria cultural e transformou o samba-reggae em um bem simbólico singular

ferência mítica negro-africana. A negritude com o Olodum continuou sendo a revelação da beleza, da energia, da dignidade do homem negro, mas trazia a abordagem do poder negro. Depois de ter tematizado a Guiné-Bissau, a Nigéria, a Tanzânia e Moçambique, a tematização de Cuba, em 1986, foi uma clara sinalização de que o Olodum buscava um discurso que unificasse as experiências do negro na diáspora. “A preferência por um país latino-americano e de posição tão singular na história política do Continente causou impacto. Para alguns, o bloco se desviava das raízes. Para outros, fazia demasiada concessão às esquerdas. A outros, ainda, parecia que o modelo alcançava a maturidade, podendo relaxar sua preocupação com certa ortodoxia”.³

O certo é que o Olodum aproveitou as brechas do sistema político hegemônico e da indústria cultural e transformou o samba-reggae num bem simbólico singular. O bloco se tornou uma *holding* cultural que unifica, resgata e mercantiliza cultura negra. Com a massificação da sua imagem, tornou-se

mais próximo de públicos dispersos e heterogêneos. A cópia, a reprodução do estilo Olodum permite a integração de baianos e estrangeiros, brancos e negros, em torno de símbolos que remetem nem tanto à marca, mas à origem negra na Bahia. Ou seja, no Olodum é negro quem se sente e quer ser reconhecido como tal e se sensibiliza com a reivindicação por cidadania para os negros (cf. Lima, 1997).

É inegável o impacto que estas três entidades carnavalescas tiveram e têm na dinâmica das relações entre brancos e negros e no próprio meio negro baiano. Através de estratégias diferenciadas formataram e visibilizaram identidades negras diferenciadas, forçaram o poder público branco, os administradores da cultura, do turismo e da indústria cultural a reorientarem suas políticas de ação. Por outro lado, sem autonomia econômica, insuficientemente organizados politicamente, estes grupos se obrigaram também a barganhas eleitorais, ao clientelismo e à cooptação. Deste modo, garantiram um retorno rentável do vigor que o coletivo expressa, uma sobrevivência institucionalizada no carnaval, mas mostraram os limites da produção cultural e simbólica para redefinir a vida material de uma grande massa de indivíduos negros. 

NOTAS

¹ Morales, Ana Maria. “Blocos negros em Salvador. Reelaboração cultural e símbolos de baianidade”. In: *Caderno CRH*, Cantos e Toques. Etnografias do Espaço negro na Bahia. Salvador, 1991.

² Agier, Michel. “Etnopolítica – A dinâmica do espaço afro-baiano”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22, Rio de Janeiro, set. 1992.

³ Moura, Milton. “Faraó. Um poder musical”. In: *Cadernos Ceas*, Salvador, n. 112, set. de 1987.

Ari Lima, jornalista e pesquisador do Projeto SAMBA da UFBA, e doutorando em Antropologia Social na UnB.



Ninguém pode ignorar o nascimento de uma nação

Mário Soares

Intimidações, violência e assassinatos são ingredientes dramáticos do povo na luta de Timor Leste, que luta para garantir sua independência. Por mais opressão que o governo indonésio imponha, a pressão da opinião pública internacional, ao lado do desejo dos timorenses de construir uma nação soberana, torna o sonho algo que certamente se concretizará, mesmo com sacrifício e sofrimento

A tragédia que vive Timor enche, naturalmente, os nossos corações de inquietude e de revolta. Como é possível?! À brutalidade programada dos assassinatos, dos atos de violência, dos incêndios provocados e das intimidações, que sequer pouparam os observadores da Unamet ou os correspondentes estrangeiros, poderá seguir-se o genocídio do povo timorense. É o que urge, antes de mais, evitar. Não seria, de resto, a primeira vez que tal sucederia, desde que Suharto iniciou na Indonésia o seu regime de terror. Os mais de 250 mil mortos timorenses, nos anos de terror e de opressão indonésios, estão presentes nas memórias dos que permanecem vivos. É um peso que os acompanha e que, como se compreende, não podem afastar nestes momentos tão dolorosos.

A manifesta cumplicidade que se exibiu, impunemente, nas ruas de Díli entre as milícias armadas (atuando à solta) e as forças militares e de polícia da Indonésia, que deveriam ter por missão salvaguardar a ordem e a segurança das pessoas e dos bens, pressupõe a existência de um plano preexistente que entrou em funcionamento imediatamente a seguir ao ato simbólico e solene do anúncio, feito pelo secretário-geral das Nações Unidas, dos históricos resultados do referendo. A alegria do povo timorense foi, contudo, breve, bem como a nossa.

CAMINHO IRREVERSÍVEL

Nada, porém, pode invalidar aquilo que se passou e que representa o virar, irreversível, de uma página da história de Timor: o civismo excepcionalíssimo de um povo que, livre e ordeiramente, quis afirmar, no ato do referendo para que foi convocado, sob o alto patrocínio das Nações Unidas e perante observadores qualificados do mundo inteiro, a sua vontade de independência, por forma inequívoca, 78,5% do eleitorado!

Essa vontade, tão claramente demonstrada, representa o momento exato — e exemplar — de nascimento de uma nação. Ninguém o pode ignorar ou apagar. É indelével. Contra ele, na sua expressão simbólica, em si mesma inatacável, nada pode a força bruta das milícias e dos exércitos indonésios ou as violências ulteriores, por maiores que sejam. Daí a importância transcendente de se ter realizado o referendo e a serenidade luminosa das palavras proferidas, a esse propósito, por Xanana Gusmão, um líder de excepcional dimensão humana e política que se está a impor, num percurso em tantos aspectos semelhante ao de Nelson Mandela, à consciência mundial.

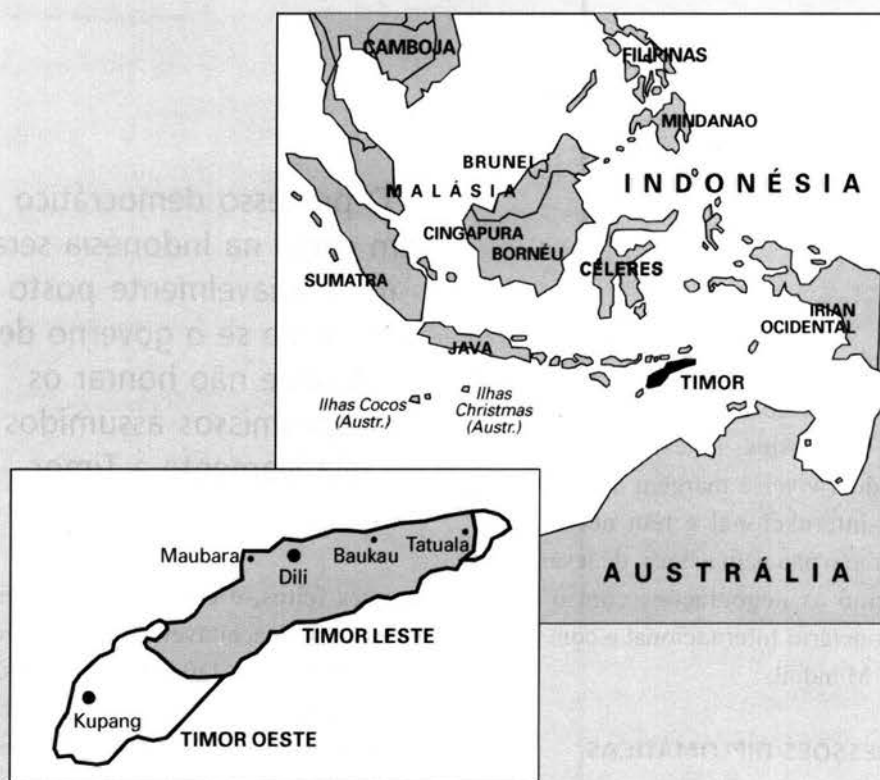
Tem razão, a meu ver, o chefe da delegação dos observadores portugueses, Júlio Pereira Gomes, quando, ao falar do clima de terror reinante em Timor, salienta que “não houve ainda

Os mais de 250 mil mortos timorenses, nos anos de terror e de opressão indonésios, estão presentes nas memórias dos que permanecem vivos

uma chacina generalizada". É uma observação realista que nos permite alguma esperança e deve orientar aqueles que, legitimamente, querem manifestar, por todas as formas, a sua solidariedade com o povo de Timor.

Será que a Indonésia não quer ou não pode assegurar a ordem em Timor Lorosae? É óbvio que o processo democrático em curso na Indonésia será irremediavelmente posto em causa se o governo de Habibie não honrar os compromissos assumidos, relativamente a Timor, perante a comunidade internacional. Madeleine Albright, em nome dos Estados Unidos, disse com meridiana clareza: "A Indonésia só tem duas opções: ou põe fim à violência, controlando a situação, ou pede assistência internacional". Perguntar-se-á: e se não fizer nem uma nem outra coisa?

Ora, essa hipótese é talvez a mais provável, dadas as contradições e debilidades evidentes da situação política indonésia. Como essa hipótese, que imediatamente nos surge, parece não ter ocorrido ao espírito da senhora Albright, é legítimo pensar que ela



TIMOR LESTE

Área: 14.874 km²

População: 857.000

Idiomas: português (maioria), indonésio e idiomas locais

Religião: católicos (88%); muçulmanos

Principais produtos: madeira de sândalo, café e mármore. Reservas de petróleo

Grupos políticos: Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (Fretilin); União Democrática do Timor (pró-Indonésia). Ambos estão agrupados no Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). A Falintil é o braço armado do CNRT

CRONOLOGIA

1520 – Os portugueses chegam à região

1860 – O Timor é dividido entre a Holanda e Portugal, mas a divisão só é oficializada em 1913

1949 – A Indonésia se torna independente da Holanda. O Timor

Leste continua colônia portuguesa
1975 – Portugal se retira do Timor Leste. A guerrilha nacionalista proclama a independência e a Indonésia envia tropas para esmagar o movimento

1976/1989 – O Timor é anexado à Indonésia. A sangrenta ocupação produz a morte de 200 mil timorenses

1991 – Repressão do Exército à manifestação de oposição deixa mais de 250 mortos

1992 – O líder da resistência armada, Xanana Gusmão, é preso e condenado a 20 anos

1996 – O bispo Ximenes Belo e José Ramos-Horta, líderes da resistência, ganham o prêmio Nobel da Paz

1998 – Depois da queda de Suharto, o novo governo promete "status" especial para o Timor Leste

Fonte: Isto É, 1999.

O processo democrático em curso na Indonésia será irremediavelmente posto em causa se o governo de Habibie não honrar os compromissos assumidos relativamente a Timor

sabe terem os Estados Unidos o poder de persuasão suficiente para convencer os indonésios. Estes, é verdade, não podem viver à margem da comunidade internacional e têm necessidade, como o pão para a boca, de levar a bom termo as negociações com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial.

PRESSÕES DIPLOMÁTICAS

Inclino-me assim a pensar que as pressões diplomáticas de toda a ordem sobre a Indonésia — dos Estados Unidos, da ONU, da União Européia, do Vaticano, da Rússia, da China e, sobretudo, das organizações não-governamentais e da opinião pública mundial — não estão esgotadas e devem continuar a desenvolver-se. Nada disso, aliás, é incompatível com a insistência na preparação e no envio para o território de um corpo de manutenção da paz, sob patrocínio das Nações Unidas. É indispensável e urgente. Sei que o problema é delicado. Consiste em saber se tal iniciativa deve ter lugar a convite — ou pelo menos com autorização do Governo indonésio — ou independentemente da vontade dos indonésios.


Não devemos esquecer que a Indonésia é um grande país do Terceiro Mundo e continua a ser uma das chaves para a estabilização política e militar de toda a região. O governo australiano, que endureceu a sua posição relativamente à Indonésia, depois dos

ataques feitos, e considerados “completamente inaceitáveis”, aos seus representantes em Díli, não deixou de ponderar que uma intervenção militar unilateral suscita enormes dificuldades. É evidente. Devemos saber compreender essas dificuldades, que são reais, e não alienar o vasto campo daqueles que querem ajudar seriamente Timor Leste mas não vêem ainda motivos para sair de posições de relativa moderação.

Essa é a posição sensata que tem tomado, nas Nações Unidas, Ramos Horta, que está se revelando um fino e experimentado diplomata. É a posição, igualmente, de Xanana Gusmão, que, inteligentemente, na hora tardia da libertação, para “inglês ver”, se acolheu à sombra da embaixada britânica em Jacarta... não sem antes recomendar calma e domínio de si próprios — apesar das provocações — aos guerrilheiros da resistência que se encontram nas montanhas. Sabe do que fala e por que o faz. Deve, por isso, ser ouvido por todos nós.

Também o governo português — por intermédio, sobretudo, do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros — não tem poupado esforços e agido com enorme determina-

ção e inteligência, pressionando em todas as direções e preparando o futuro, para todas as eventualidades. Da mesma forma o senhor presidente da República, que encontrou sempre as palavras justas para falar aos timorenses, aos portugueses e à comunidade internacional, definindo com toda a clareza as posições portuguesas e a nossa indefectível solidariedade para com o povo de Timor. Essa é, para nós, verdadeiramente, uma causa nacional.

A esperança não está perdida. Longe disso. Apesar de todos os sofrimentos — e daqueles que ainda virão —, o povo de Timor Lorosae tem hoje o respeito e a ativa solidariedade do mundo. O movimento de opinião pública mundial que se formou em defesa de Timor vai ampliar-se e consolidar-se. Veja-se toda a informação sobre o tema que nos é facultada diariamente na Internet. É impressionante! Tudo isso vai produzir os seus frutos, inevitavelmente. A força bruta nada pode contra a consciência dos povos. Continuemos o nosso trabalho, perseverantemente, e tenhamos confiança. Os timorenses não estão sós nem, muito menos, abandonados. O nosso compromisso com a sua causa é total. 

Mário Soares, deputado do Parlamento europeu e ex-presidente de Portugal.

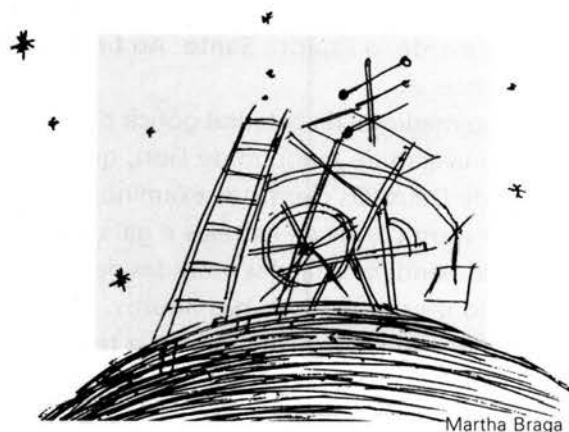
Era o ano de 1898. Todos falavam sobre o século que se aproximava, o século XX. Havia razões de sobra para otimismo. A humanidade estava prestes a ver realizada uma profecia feita duzentos anos antes: "Qualquer que tenha sido o início deste mundo, é certo que o fim será glorioso e paradisíaco... Os homens farão com que sua situação neste mundo seja cada vez mais confortável; prolongarão a sua existência e ficarão cada vez mais felizes."

Não havia nada de assombroso nessa profecia. Ela simplesmente enunciava aquilo em que todos acreditavam. Acreditavam que a história da humanidade era uma longa epopéia que se iniciara há milhões de anos. Seu começo fora insignificante. Insignificante é uma semente: ninguém suspeita a beleza e o tamanho da árvore que ela contém. Menor que uma ameba. Mas o tempo fez o seu trabalho. Novas formas vivas foram nascendo umas das outras, dramaticamente, umas desaparecendo, outras sobrevivendo, até que, finalmente, ao final desse processo tortuoso, um fruto maravilhoso: um homem belo, bom e inteligente.

A semente se transformara em árvore de linda copa verde coberta de flores e frutos. Muitos frutos já haviam amadurecido e os homens se haviam deliciado com o seu sabor. Mas a grande colheita estava por vir. A grande colheita seria no século XX.

Por ocasião do septuagésimo aniversário do poeta Walt Whitman, Mark Twain lhe escreveu uma carta maravilhosa, o maior documento de otimismo que conheço: "Tendes vivido os setenta anos que são exatamente os maiores da história universal e os mais ricos em benefícios e progresso para os povos. Esses setenta anos têm feito muito mais no sentido de aumentar a distância entre o homem e os outros animais do que o con-

Sobre o otimismo e a esperança



seguiu qualquer dos cinco séculos que os precederam. Quantas coisas tendes visto nascer! (...) Demorai, porém, um pouco mais, porque o mais grandioso ainda está por vir. Esperai trinta anos, e então olhai para a terra com olhos de ver! Vereis maravilhas sobre maravilhas somadas àquelas a cujo nascimento vindes assistindo; e, em volta delas, claramente visto, haveis de ver-lhes o formidável resultado — o homem quase que atingindo enfim seu total desenvolvimento — e continuando ainda a crescer, visivelmente crescendo sob vossos olhos... Esperai até verdes surgir essa grande figura, e surpreendei o brilho remoto do sol sobre seu lábaro; então podereis partir satisfeito, ciente de terdes visto aquele para quem foi feita a terra, e com a certeza de que ele há de proclamar que o trigo humano é mais importante que o humano joio, e passará a organizar os valores humanos nessa base."

Essa idéia grandiosa de progresso aparecera, talvez pela primeira vez e sob uma forma religiosa, no pensa-

mento de Joaquim de Fiori, um monge herege que morreu por volta de ano 1200. A sua heresia estava nisso: a teologia da Idade Média via o universo à semelhança da Catedral Gótica: uma hierarquia vertical de beleza estrutural incomparável, saída das mãos de Deus pronta, imóvel no tempo. Nela os movimentos eram todos verticais. Havia movimentos ascendentes, que levavam para o céu, e os movimentos descendentes, na direção do inferno. O universo era apenas um cenário físico para o grande drama espiritual da salvação. O destino dos homens, a sua salvação, estava acima, no alto, lugar da morada de Deus.

Joaquim de Fiori pintou um mundo novo. O paraíso não está no alto. Ele se encontra no futuro. O espaço se transforma pelo poder do tempo. É como uma mulher em dores de parto. A história é o movimento do universo engravidado por Deus. Primeiro, o Pai. Depois, o Filho. Finalmente, o Espírito Santo. Ao final, o parto. O Paraíso nasceria.

O universo medieval da catedral gótica desmoronou. Também o universo de Joaquim de Fiori, que se movia pelo poder de Deus. Os cientistas examinaram os céus e os encontraram cheios de estrelas e galáxias maravilhosas — mas nenhum sinal das moradas de Deus. Deus foi despejado de sua mansão nas alturas. Mas, sem o perceber, os homens o trouxeram para a terra e o fizeram morar em outro lugar, com outro nome. Colocaram-no morando bem dentro da história e lhe deram o nome de Razão. A Razão é o poder divino que, dentro da história, e a despeito dos erros e descaminhos dos homens, faz com que ela atinja um final paradisíaco. Como não ser otimista vivendo num universo assim?

O marxismo foi a maior expressão dessa religião sem Deus. Buscou dar bases científicas ao otimismo. Daí o seu fascínio. Quem não deseja ter certezas felizes sobre o futuro? Eu gostaria de ter certeza de que minhas netas irão viver num mundo paradisíaco. Pois é precisamente isso que o marxismo proclamou: por meio de um processo tortuoso e sofrido de lutas, semelhante àquele descrito por Darwin, os homens haveriam de chegar a um mundo sem conflitos em que os contraditórios seriam reconciliados e seria possível, então, viver a fraternidade e a justiça e os homens poderiam, finalmente, encontrar a felicidade: uma versão secular das visões messiânicas do profeta Isaías: o leão comendo palha com o boi, os meninos brincando com as serpentes venenosas.

Ao fim do século XIX as conquistas maravilhosas da

ciência e da tecnologia, a racionalização da política por intermédio dos processos democráticos, o desenvolvimento da educação — tudo isso eram evidências que tornavam inevitável um otimismo sem limites. É o mundo maravilhosamente descrito pelos pintores impressionistas Monet e Renoir: a inocência, a alegria, os reflexos coloridos da natureza, a leveza, a despreocupação. As telas de Renoir e Monet são manifestações dessa alma feliz.

Mas essa viagem maravilhosa na direção da Cidade Santa, fulgurante no alto da montanha, numa curva do caminho, revelou outro destino: a barbárie. O homem se tornou possuidor de um conhecimento científico infinitamente superior a todo o conhecimento acumulado pelo passado. Revelou-se a fragilidade da educação: os saberes e a ciência não produzem nem sabedoria e nem bondade. Foi esse homem educado e conhecedor da ciência que produziu duas guerras mundiais. Aconteceram os campos de extermínio do nazismo e do comunismo, a criação de armas monstruosas e mortais, uma riqueza jamais sonhada ao lado de milhões morrendo de fome, matanças, a destruição da natureza e das fontes de vida, as cidades infernais, a violência, o terrorismo armado com armas produzidas e vendidas por empresas geradoras de progresso.

E, repentinamente, o maravilhoso Resultado anunciado por Mark Twain aparece de forma monstruosa na pintura de Dali e de Picasso: o lado demoníaco do homem, anunciado pela psicanálise.

Hoje não há razões para otimismo. Hoje só é possível ter esperança. Esperança é o oposto do otimismo. Otimismo é quando, sendo primavera do lado de fora, nasce a primavera do lado de dentro. Esperança é quando, sendo seca absoluta do lado de fora, continuam as fontes a borbulhar dentro do coração. Camus sabia o que era esperança. Suas palavras: "E no meio do inverno eu descobri que dentro de mim havia um verão invencível..." Otimismo é alegria "por causa de": coisa humana, natural. Esperança é alegria "a despeito de": coisa divina. O otimismo tem suas raízes no tempo. A esperança tem suas raízes na eternidade. O otimismo se alimenta de grandes coisas. Sem elas, ele morre. A esperança se alimenta de pequenas coisas. Nas pequenas coisas ela floresce. Basta-lhe um morango à beira do abismo.

Hoje, é tudo o que temos ao nos aproximarmos do século XXI: morangos à beira do abismo, alegria sem razões. A possibilidade da esperança...

Leia e confira os lançamentos da



Nilda Alves (org.), Regina Leite Garcia (org.), Silvio Gallo, Edgar Morin, Carlos E. Ferrago



Azoilda da Trindade (org.), Muniz Sodré, Glória Ladson-Billings, Annette Henry, Rafael dos Santos (org.), Roseli Fischmann, Massimo Canevacci, Milton Santos, Maria J. Lopes da Silva



Marcos Reigota (org.), Pêro Vaz de Caminha, Ronald Raminelli, Genoveva Chagas, Marlene Curtis, Fernando Moraes F. JR, Enrique Leff, Philippe P. Layrargues



Maria T. Esteban (org.), Regina Leite Garcia, Ángel Díaz Barriga, Almerindo Janela, Corinta M. G. Galdi, Jussara M. P. Loch



Pedro C. Cunha Bocayuva (org.), Sandra Mayrink Veiga (org.), Ricardo Salles, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Cristóvam Buarque, Virginia Fontes



Uma coleção voltada para o espaço/tempo do cotidiano escolar.

Os temas de cada livro foram selecionados a partir de uma pesquisa realizada com professores em sala de aula. São temas úteis e atuais para o debate da educação.



Feito e a ser feito
– as encruzilhadas do labirinto V
Cornelius Castoriadis

Último livro do autor, falecido em 1998, traz um testemunho de sua obra. Mostra com clareza a disposição que o animava como filósofo comprometido com a causa humana.



A identidade cultural na pós-modernidade – 3ª edição
Stuart Hall

Uma mudança estrutural fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Este livro analisa a crise de identidade do sujeito na pós-modernidade.



A cidade do capital
Henri Lefebvre

O tema do livro é a cidade e a problemática urbana dentro do quadro teórico do materialismo histórico. Trata-se de uma leitura ou releitura temática da obra de Marx e Engels.

DP&A
na internet

home page: www.dpa.com.br
e-mail: dpa@dpa.com.br

Rua Santo Amaro 129, parte – Santa Teresa
22211-230 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 232-1768 – Fax: (21) 507-2633



Um despojado. Libertou-se do peso de todos os títulos que recebeu, de todos os aplausos, das luzes fortes das filmadoras. Teria sido o arcebispo natural do Rio de Janeiro. Os "poderes" da época não quiseram.

Um líder evangélico saiu certa feita de São Paulo. Foi a Recife para acertar com ele uma festa de Natal num estádio. No mesmo dia pegou o avião de volta. No aeroporto de São Paulo, dois "passageiros" que saíram do avião o chamaram para uma sala. "Nós acompanhamos o senhor desde quando saiu de São Paulo. O que o senhor foi fazer na casa de dom Hélder?" E acrescentaram: "Dom Hélder é seguido pelo nosso governo 24 horas por dia. As ordens são proteger o bispo para que não sofra nenhum atentado."

Um despojado que se "lixava" para as hipocrisias do poder. Milhões — nós entre eles — foram abençoados pelo sorriso pacífico e pela palavra simples desse incrível pastor da utopia.

Felizes os que trabalham pela paz entre as pessoas, pois Deus os tratará como seus filhos (Mateus 5.9)